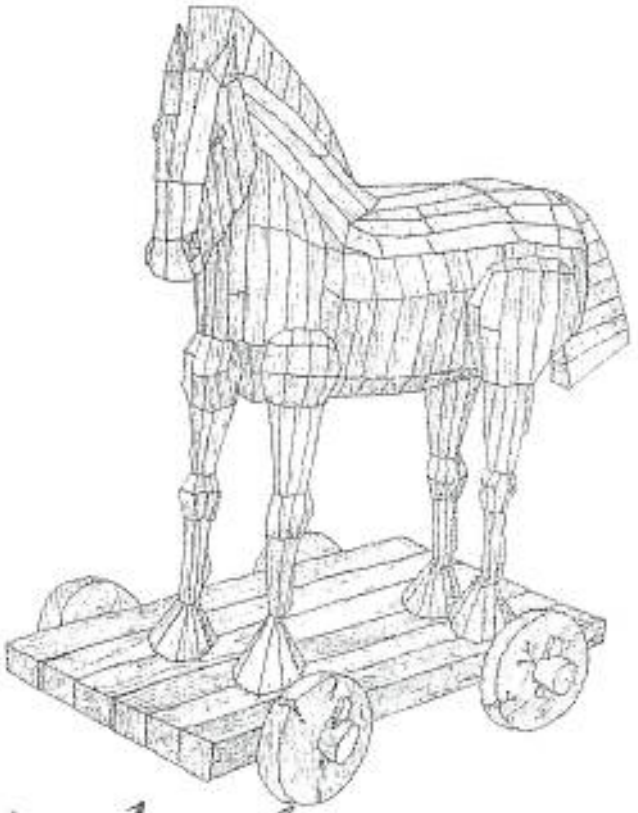
Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza

Maria Stella M. Bresciani

tudo é história
52

editora brasiliense

Deyse Fernandes da Silva



tudo é história

LEITURAS AFINS

- História do Capitalismo — *Michel Beaud*

Coleção Primeiros Passos

- O que é Capitalismo — *Afrânio Mendes Catani*
- O que são Empregos e Salários — *Paulo Renato de Souza*
- O que é Fome — *Ricardo Abramovay*
- O que é Taylorismo — *L. M. Rago / E. F. P. Moreira*
- O que é Trabalho — *Suzana Albornoz*

Coleção Primeiros Vôos

- O Capitalismo Histórico — *Immanuel Wallerstein*

Coleção Tudo é História

- O Nascimento das Fábricas — *Edgar de Decca*
- As Revoluções Burguesas — *Modesto Florenzano*
- A Revolução Industrial — *Francisco Iglésias*
- A Revolução Inglesa — *José Jobson A. Arruda*

Maria Stella Martins Bresciani

LONDRES E PARIS NO SÉCULO XIX
o espetáculo da pobreza

5ª edição

editora brasiliense

Copyright © by Maria Stella Martins Bresciani
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

ISBN: 85-11-02052-7
Primeira edição: 1982
3ª edição: 1989

Revisão: Newton T. L. Sodré e Júlio D. Gaspar
Capa: 123 (antigo 27) Artistas Gráficos

brasiliense

Rua da Consolação, 2697
01416 São Paulo SP
Fone (011) 280-1222 - Telex: 11 33271 DBLM BR

IMPRESSO NO BRASIL

ÍNDICE

Introdução 7
- *A rua e seus personagens* 10
- *A descida aos infernos* 22
- *A colmeia popular* 49
- *O homem pobre e o vagabundo* 78
- *Classes pobres, classes perigosas* 109
- *Indicações para leitura* 133

Para Adriano e Renato.
A colaboração de Edgar e o estímulo dos alunos de pós-graduação da turma de 1981 tornaram uma idéia viável.

INTRODUÇÃO

Foule sans nom! chaos! de voix, des yeux, des pas.
Ceux qu'on n'a jamais vus, ceux qu'on ne connaît pas.
Tous les vivants! — cités bourdonnantes aux oreilles
Plus qu'un bois d'Amérique ou une ruche d'abeilles.

Victor Hugo (Feuilles d'Automne)*

Nenhuma questão se apresenta mais carregada de compromissos para os literatos do século XIX do que a *multidão*. Num momento em que o hábito de leitura se espalhava por todas as classes sociais, esse público em formação fazia uma exigência: encontrar sua imagem nos romances que lia. Entre outros, Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugène Sue, na

* Multidão sem nome! Caos! Vozes, olhos, passos.
Aqueles que jamais se viram, aqueles que não se conhecem.
Todos os vivos! — cidades atordoantes para os ouvidos
Muito mais do que um bosque da América ou uma colmeia de abelhas.
(tradução literal)

França, e Charles Dickens e Edgar Alan Poe, na Inglaterra, preencheram essa expectativa oferecendo à sociedade o espetáculo de sua própria vida. Ultrapassando os limites dos ambientes privados, da casa familiar, esses autores se colocaram na posição de observadores das cenas de rua. E, nas ruas, a multidão é uma presença. Seja na sua dimensão anônima, mecânica de massa amorfa, seja na apreensão de detalhes seus exploráveis até certo ponto, o movimento de milhares de pessoas deslocando-se por entre o emaranhado de edifícios da grande cidade compõe uma representação estética da sociedade. As populações de Londres e de Paris encontram-se com sua própria *modernidade* através dessa exteriorização: admiração e temor diante de algo extremamente novo. O ímpeto para esquadrinhar e tornar legível esse fluir constante tem muito a ver com uma intenção de conhecimento que implica a prévia experiência do *olhar* que divide e agrupa, que localiza e designa a identidade das pessoas por seus sinais aparentes.

A esse acontecimento do século XIX o filósofo Walter Benjamin foi sensível, e seu trabalho *A Paris do Segundo Império em Baudelaire* nos propõe um caminho sedutor para uma incursão historiográfica menos comprometida com os tradicionais temas maiores da história. No lugar de um fato e sua data, uma presença que instaura seu tempo próprio. Preocupação semelhante com as multidões que irrompem nas ruas, inaugurando uma nova ordem no mundo, encontramos na obra de Hannah Arendt, *Sobre a*

revolução. O espetáculo das massas humanas, a extrema novidade dos pobres nas ruas de Paris nos anos revolucionários, exibindo suas necessidades e falando a linguagem da política, configura para a Autora a magnitude de um movimento que modifica de ponta a ponta o significado do termo *revolução*.

Na trilha de Hannah e de Benjamin procurei fazer dessas multidões um tema de estudo. Uma primeira incursão às múltiplas imagens da sociedade elaboradas pelos homens do século XIX. Nessa atividade exploratória de textos de literatos, investigadores sociais, médicos e administradores, uma grande surpresa: o espanto e a geral preocupação ante a *pobreza* que a multidão nas ruas revela de maneira insofismável. Espanto, indignação, fascínio, medo: são reações diferenciadas apontando para estratégias de identificação bastante solidárias a uma intenção de controle dessa presença desconcertante. O impacto desse acontecimento está nas páginas deste livro.

A RUA E SEUS PERSONAGENS

O homem da multidão não é um flâneur. Nele o hábito tranqüilo cedeu lugar a um toque maníaco...

Walter Benjamin

A multidão, sua presença nas ruas de Londres e Paris do século XIX, foi considerada pelos contemporâneos como um acontecimento inquietante. Milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano da vida nas grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem freqüentemente associada às idéias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontroláveis da natureza. Figuras fugidias, indecifráveis para além de sua forma exterior, só se deixam surpreender por um

momento no cruzar de olhares que dificilmente voltarão a se encontrar. Permanecer incógnito, dissolvido no movimento ondulante desse viver coletivo; ter suspensa a identidade individual, substituída pela condição de habitante de um grande aglomerado urbano; ser parte de uma potência indiscernível e temida; perder, enfim, parcela dos atributos humanos e assemelhar-se a espectros: tais foram as marcas assinaladas aos componentes da multidão por literatos e analistas sociais do século passado.

Walter Benjamin, que fez da multidão na literatura do século XIX um tema de estudo, confere ao *olhar* uma importância decisiva para quem vive nas grandes cidades. O estar submetido a longos trajetos pelas ruas, a pé ou dentro de meios de transporte coletivos, impõe aos olhos a atividade de observar coisas e pessoas; a vida cotidiana assume a dimensão de um permanente espetáculo. Esse olhar pode se resumir a um relance. Baudelaire fixa poeticamente o seu furtivo encontro com uma mulher como um parêntese próprio da situação de rua. A figura da mulher que passa suspende o tempo e o barulho ensurdecedor ao seu redor; por um instante o olhar se detém nas minúcias dessa figura feminina. O olhar retribuído, ainda que num relance, vai além e define a cumplicidade possível entre estranhos que se particularizam: eles sabem da fugidia possibilidade de um reencontro; eles sabem o que deixaram de ganhar ao se submeterem ao acaso (*Les fleurs du mal*).

O acaso é um determinante fundamental dos

encontros nas grandes cidades. "Nas dobras sinuosas das velhas capitais, onde tudo, mesmo o horror, se torna encantamento", Baudelaire encontra "as velhinhas" e as observa refletindo sobre a condição da velhice, de antigas mulheres que ainda caminham "estóicas e sem queixas através do caos das cidades viventes". Ainda o acaso o faz observar o velho que se desdobra em sete velhos, tantas as solicitações sofridas em meio à "cidade formigante, cidade plena de sonhos, onde os espectros agarram, em pleno dia, aqueles que passam". Onde "os mistérios resvalam por todos os lugares, tal como a seiva dos canais".

A incerteza quanto ao que se vai encontrar é compensada pelo encontro certo, cotidianamente confirmado, com o fluxo formigante, caótico, da multidão. Nela, Baudelaire cultiva sua solidão, a condição de "flâneur". Dela, Baudelaire faz inspiração necessária. Não pretende decifrá-la em seus mistérios e seus perigos, aceita-a como caos. Sua renúncia não o impede, contudo, de assinalar os aspectos alarmantes e ameaçadores da vida urbana.

Paris da metade do século configura um espetáculo diurno, por completo diverso daquele que a noite encena. De manhã cedo, ainda madrugada, "o Sena se encontra deserto e Paris, como os velhos trabalhadores, esfrega os olhos enquanto empurra suas ferramentas: é a hora em que o trabalho desperta". A cena urbana se vê ocupada pela multidão dos trabalhadores. Os personagens da noite são outros. "A noite encantadora" é amiga do criminoso; até no movimento lento e silencioso do passo do lobo se faz

sua cúmplice. É bem verdade que a chegada da noite, da "amável noite", também se faz desejada pelos que trabalharam; nessa hora o operário curvado pelo cansaço retorna ao leito. Esse configura, porém, um movimento de recolhimento, da intimidade circunscrita ao interior das casas. Os combates do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa: tais são seus componentes. Também o barulho da noite se faz com outros sons: o assobio das cozinhas, a algazarra dos teatros, o troar das orquestras, o ruído áspero e tenso das mesas de jogo.

— Nessas horas escuras e densas, o acaso se transfigura em temeridade. Janin é menos complacente do que Baudelaire: "A Paris da noite, afirma, é assustadora; é o momento em que a nação noturna se põe em marcha". Em meio às trevas que tudo dominam, clarões de luz indicam a presença dos catadores de lixo com suas lanternas e suas vidas às expensas das imundícies, gritos interrompidos denunciam os ladrões em plena ação, passos abafados dão conta do vai e vem das prostitutas... Enfim, "o terror é grande, terrível, imenso. E o ouvido reconhece o ruído surdo da patrulha cinza que começa sua caçada desesperada. Esta é a população fervilhante e furtiva que Paris deixa viver nos becos pavorosos, dissimulando-a bem atrás dos museus e dos palácios; população que usa o linguajar das prisões para se entreter

com seus temas favoritos — assassínios, roubos, execuções. É uma verruga virulenta sobre a face dessa grande cidade", completa Janin (*Un hiver a Paris*, 1845).

A atividade do olhar se torna mais difícil quando ao cair da noite a multidão se adensa tornando-se insondável. Quanto mais numerosos os homens, mais profunda se torna a sombra. Nessas regiões escuras, a multidão realiza o cotidianamente renovado espetáculo da promiscuidade, da agressão; em suma, todo o perigo pressuposto como presença em repouso, durante o dia, põe-se de tocaia em cada reentrância da rua, em todos os becos mal iluminados. Para os contemporâneos, na noite, sob a luz dos lampiões, a multidão assume a imagem acabada de alguma coisa obscura e inextricável. São apenas perceptíveis vozes, sussurros, vultos, olhares, passos.

Em Victor Hugo, a imagem do caos de uma multidão sem nome é encarregada da representação do movimento não domado de uma massa humana cujos componentes se subtraem a qualquer regularidade visível imediata. As metáforas da selva virgem e das pradarias americanas compõem a figuração estética do perigo velado e iminente. Nas ruas de Paris, o assalto dos ladrões se assemelha ao ataque de índios; o ruído da cidade lembra o irritante, incontrolável e ininterrupto zunir de uma colmeia de abelhas.

Imagens como as do oceano, de floresta, de formigueiro, do inferno, de doença, foram recursos necessários à literatura, para dar conta de um tema

Rua de um bairro operário londrino. (In: *E. J. Hobsbawn*, The Age of Capital, 1848-1875.)

novo. Identificando elementos comuns do viver em multidão com o estar à mercê das vagas irregulares do oceano ou dos habitantes selvagens da floresta, ou ainda com o estar sujeito às presumidas condições de estadia no inferno, os autores do século XIX foram compondo uma representação estética do universo das cidades. O espetáculo das ruas torna-se visível nos textos.

Viver numa grande cidade implica o reconhecimento de múltiplos sinais. Trata-se de uma atividade do olhar, de uma identificação visual, de um saber adquirido, portanto. Se o olhar do transeunte que fixa fortuitamente uma mulher bonita e viúva ou um grupo de moças voltando do trabalho, pressupõe um conhecimento da cor do luto e das vestimentas operárias, também o olhar do assaltante ou o do policial, buscando ambos a sua presa, implica um conhecimento específico da cidade. Os meninos ladrões que acolhem Olivier Twist quando de sua chegada a Londres sabem divisar na multidão suas possíveis vítimas e só se lançam ao ataque, bem avaliado o movimento circundante.

Aliás, os personagens de Dickens são sempre argutos observadores do que transcorre nas ruas. O olhar casual do sr. Pickwick divisa uma cena de rua em Londres: a aproximação repentina de inúmeros empregados de escritório numa praça central da cidade, entre as nove e meia e dez horas da manhã. Não lhe causa surpresa o caminhar solitário e apressado de homens que olham para o relógio da torre, regulando o ritmo de seus passos em resposta ao lapso de

tempo que os separa do momento do início do trabalho. "Os das nove e meia corriam pressurosos, enquanto os das dez recaíam num passo de uma lentidão aristocrática." Mas não só os empregados de escritórios participam dessa cena matinal. Permanecendo em seu posto de observação, o sr. Pickwick anota ainda que "a todas as janelas, como por magia, surgiam cabeças; os carregadores tomavam seus postos para o trabalho do dia; as lavadeiras precipitavam-se para fora, de sapatos acalcanhados; o carteiro corria de casa em casa", afinal, conclui, "todo o enxame do trabalho andava em grande azáfama" (*As aventuras do sr. Pickwick*).

Aqui, a atividade do olhar dá conta por inteiro da composição da cena de rua. Mas a referência a um movimento intermitente e ritmado de homens nas suas ocupações diárias, compondo o tecido social da grande cidade, desvenda o *tempo útil* do trabalho como parâmetro necessário à atividade do olhar. É ele o ordenador imperativo, a potência disciplinadora invisível de todas as atividades. Essa força constrangedora do tempo também aparece nas observações do sr. Pickwick: "O relógio deu dez horas e os escreventes jorravam cada vez com mais pressa, cada qual transpirando mais que seu predecessor".

Com certeza, nessa primeira metade do século, as atividades urbanas haviam perdido qualquer vínculo com o tempo da natureza; de há muito se encontram subordinadas ao tempo abstrato, ao dia implacavelmente dividido em 24 horas. A introjeção dessa específica noção de tempo é, como afirma Thompson

(*Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*), indispensável para a constituição da sociedade. Ela arranca o homem da lógica da natureza, dos dias de duração variada de acordo com as tarefas a cumprir no decorrer das diversas estações do ano, e o introduz ao tempo útil do patrão, o tempo abstrato e produtivo, o único concebido como capaz de gerar abundância e riqueza, e, mais importante ainda, o único capaz de constituir a sociedade disciplinada de ponta a ponta. Em obediência ao seu contínuo e irreversível fluxo, à repetição diária dos mesmos percursos em direção às mesmas tarefas em momentos previsíveis desse evolver linear, a sociedade do trabalho se institui e elabora sua própria imagem.

A multidão londrina, no seu movimento ininterrupto de conteúdo variável em função do tempo, foi minuciosamente anotada por Edgar A. Poe no ano de 1840 (*O homem das multidões*). Colocando-se na posição de observador casual fascinado pela intensa movimentação de uma das ruas centrais da cidade, o Autor relata: "ao escurecer, a multidão de momento a momento aumentava e, ao tempo em que as luzes foram acesas, duas densas e contínuas marés de povo passavam apressadas". O fascínio de uma "emoção nova" leva-o a se deixar absorver completamente pela "contemplação da cena daquele tumultuoso mar de cabeças humanas". Suas observações, de início genéricas, passam aos detalhes; ele examina "com minudente interesse as inúmeras variedades de figura, roupas, ar, andar, rosto e expressão fisionômica", ele agora revela um conhecimento preciso dos elementos que compõem essa maré humana. A peculiaridade das figuras permite-lhe agrupá-las e ao mesmo tempo hierarquizar os grupos.

"Em alto grau, o maior número daqueles que passavam tinham um porte convencido de gente atarefada e parecia estar pensando apenas em abrir caminho pela multidão. Outros, classe ainda numerosa, mostravam-se inquietos em seus movimentos. Nada havia de muito peculiar nessas duas grandes classes. Suas roupas se incluíam na categoria que exatamente se define: decente. Eram sem dúvida nobres, mercadores, advogados, lojistas, agiotas, os Eupátridas e o lugar-comum da sociedade, homens de lazer e homens ativamente empenhados em negócios sob sua exclusiva responsabilidade."

Em seguida nosso observador se detém na "tribo dos escreventes, inconfundível em duas notáveis divisões: os pequenos escreventes das casas baratas, os jovens cavalheiros de roupas justas, sapatos brilhantes, cabelos abrilhantinados e lábios insolentes, usavam os restos da classe alta e isso envolve a melhor descrição de sua classe, e os escreventes principais das firmas sólidas ou sujeitos de confiança, conhecidos pelos paletós e calças pretos ou marrons confortáveis, cabeça levemente calva, orelha direita acabanada, chapéu e relógio preso por corrente de ouro de modelo grosso e antigo, afetavam responsabilidade".

Um outro tipo, ainda muito numeroso, de "indivíduos de aparência vivaz" foi identificado "como

pertencente à raça dos elegantes batedores de carteira, de que todas as grandes cidades andam infestadas, cuja enormidade do punho de suas camisas deveria traí-los imediatamente". Logo depois, recorta na multidão "os jogadores profissionais, em quantidade não pequena, facilmente identificáveis. Usavam roupas de todas as espécies, desde a vestimenta berrante e audaciosa, até as vestes do clérigo escrupulosamente desornado. Eram todos, contudo, facilmente distinguidos pela coloração amorenada e oleosa, um vaporoso escurecimento dos olhos, o palor e a compressão dos lábios, pela tonalidade da voz e pelo polegar em ângulo com os demais dedos". Ao lado deles, "homens algo diferente, porém ainda pássaros da mesma plumagem, cavalheiros que vivem da sua habilidade e rapinam o público em dois batalhões: o dos jogadores e o do gênero militar".

Enfim, nosso observador penetra "nas camadas mais baixas da multidão onde encontra temas de meditação mais negros e mais profundos. Vi revendedores judeus com olhos de gavião; atrevidos mendigos de rua, profissionais; fracos e lívidos inválidos andando de viés e cambaleando por entre a multidão, fitando a todos suplicantemente; mocinhas humildes, de volta de um trabalho longo e tardio, para um lar sem alegria; prostitutas de todas as espécies; ébrios inumeráveis e indescritíveis; além desses, vendedores de empadas, tocadores de realejo, exibidores de macacos, vendedores de modinha, os que vendiam com os que cantavam, artífices esfarrapados e operários exaustos de toda a casta e todos cheios de uma

vivacidade desordenada e barulhenta que atormentava os ouvidos e levava aos olhos uma sensação dolorosa".

"À proporção que a noite se adensava," continua ele, "mais profundo se tornava para mim o interesse da cena, pois não somente o caráter geral da multidão materialmente se alterava (apagando-se suas feições mais nobres, com a gradativa retirada da parte mais ordeira do povo e pondo-se em maior relevo os mais grosseiros, quando a hora avançada retirava todas as espécies de infâmia de seu antro) e os raios do lampião a gás lançavam sobre todas as coisas um clarão espasmódico e lustroso. Tudo era negro, mas esplêndido." Agora, somente as figuras são discerníveis, e o olhar deve se deter em cada rosto que o lampião ilumina para que possa "ler, mesmo naquele breve intervalo de um olhar, a história de longos anos". Nessa atividade mais detida, ele vislumbra uma figura que, por sua singularidade, o impele a abandonar a posição de observador analítico da multidão e a misturar-se a ela numa perseguição inútil pelas ruas repletas de Londres, na tentativa de atingir o conhecimento da individualidade de alguém, para além da mera classificação. Ou, nas palavras de Walter Benjamin, ao referir-se a essa descrição de Poe: esta é "a multidão inabarcável onde ninguém se desvenda todo para o outro e onde ninguém é para o outro inteiramente impenetrável".

A DESCIDA AOS INFERNOS

A mob will be no less a mob if it is well fed, well clothed, well housed, and well disciplined.

*T. S. Eliot**

Nessa Londres da metade do século, com dois e meio milhões de habitantes, projetam-se com total nitidez a promiscuidade, a diversidade, a agressão, em suma, os vários perigos presentes na vida urbana. Para além do fascínio se faz sentir o medo. Na expressão de Shelley: "o inferno é uma cidade semelhante a Londres, uma cidade esfumaçada e populosa. Existe aí todo tipo de pessoas arruinadas e pouca diversão, ou melhor, nenhuma, e muito pouca justiça e menos ainda compaixão".

Os observadores contemporâneos são unânimes

* Uma turba não será mais uma turba se for bem alimentada, bem vestida, bem alojada e bem disciplinada.

ao afirmar que o assustador contraste entre a opulência material e a degradação do homem fazia de Londres uma singularidade absoluta. Engels, em viagem pela Inglaterra na década de 1840, diz não conhecer nada mais imponente do que o espetáculo proporcionado pela subida do Tâmisa em direção à Ponte de Londres. "O amontoado das casas, os estaleiros navais de ambos os lados, os inumeráveis navios alinhados ao longo das duas margens, estreitamente unidos uns aos outros, e que, no meio do rio, deixam apenas um estreito canal onde centenas de barcos a vapor se cruzam a toda velocidade, tudo isto é tão grandioso, tão enorme, que se fica atônito e estupefato com a grandeza da Inglaterra, mesmo antes de se pisar solo inglês" (*A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*).

O tom otimista desaparece em seguida, ao ser avaliado o custo social do crescimento econômico. Poucos dias de permanência na cidade bastam para que identifique "os efeitos devastadores da aglomeração urbana". Percorrendo as ruas principais da metrópole, Engels se vê constrangido a abrir passagem através da multidão e das intermináveis filas de carruagens e carroças, constrangimento esse que aumenta quando ele chega aos bairros ruins e conclui que os londrinos se viam obrigados a sacrificar a melhor parcela de sua qualidade de homens na tarefa de atingir todos os milagres da civilização. Ao contrário de Poe, Engels não se sente atraído pela multidão das ruas londrinas, que, para ele, "tem em si qualquer coisa de repugnante que revolta a natureza

humana". Fica assustado e indignado por ver "centenas de milhares de pessoas se comprimindo e se acotovelando, parecendo nada ter em comum, obedecendo somente a um acordo tácito de manter a sua direita, de modo a permitir o cruzamento contínuo e sem obstáculo de ambas as filas da multidão. A indiferença brutal e o isolamento insensível de cada um voltado para os seus interesses, impedem até um olhar de relance para o outro". "Esses homens", continua, "parecem esquecidos de que possuem as mesmas qualidades e capacidades humanas e, mais ainda, de que partilham o mesmo interesse na busca da felicidade." Sua sentença não deixa lugar a dúvidas: "E mesmo sabendo que este isolamento do indivíduo, este egoísmo tacanho, são em toda parte o princípio fundamental da sociedade atual, em parte alguma eles se manifestam com uma independência e segurança tão totais como aqui, precisamente na multidão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, onde cada um possui um princípio e uma finalidade de vida particulares, esta atomização do mundo, foi aqui levada ao extremo. Resulta disso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, aqui está abertamente declarada".

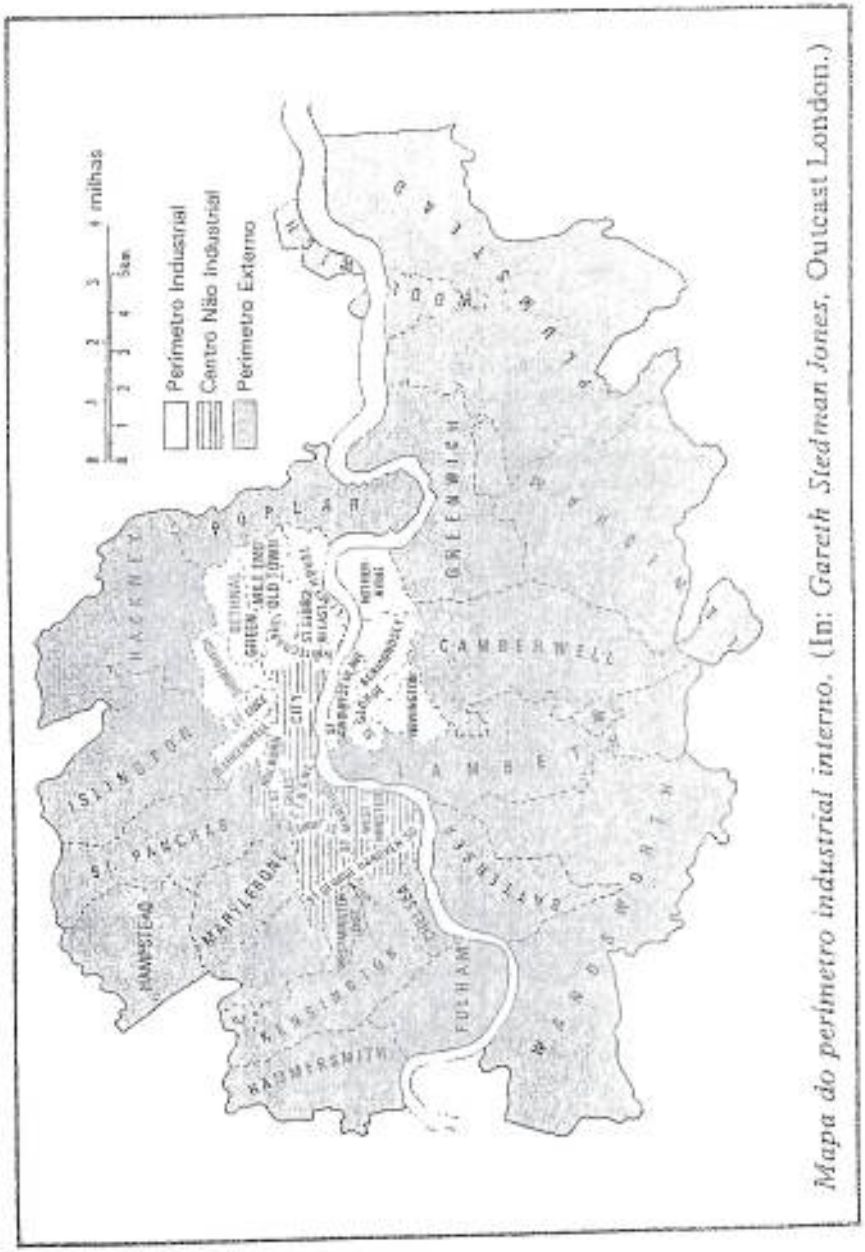
Engels percorre e descreve detalhadamente os bairros ruins de Londres, bairros em que se concentra a classe operária. A célebre Rockery (ninho de corvos) St. Giles fica em pleno centro da cidade, área populosa e cercada de ruas largas e bem iluminadas, freqüentadas pela alta sociedade londrina. Dessa maneira, ao lado de Oxford Street, de Regente

Street, de Trafalgar Square e do Strand, uma massa de casas de três a quatro andares, construídas sem planejamento, em ruas estreitas, sinuosas e sujas, abriga parte da população operária. Nas ruas a animação é intensa, um mercado de legumes e frutas de má qualidade se espalha, reduzindo o espaço para os passantes. O cheiro é nauseante. A cena torna-se mais espantosa no interior das moradias, nos pátios e nas ruelas transversais: "não há um único vidro de janela intacto, os muros são leprosos, os batentes das portas e janelas estão quebrados, e as portas, quando existem, são feitas de pranchas pregadas". Nas casas até os porões são usados como lugar de morar e em toda parte acumulam-se detritos e água suja. "Aí moram os mais pobres dentre os pobres, os trabalhadores mal pagos misturados aos ladrões, aos escroques e às vítimas da prostituição." Nesse centro de Londres, numerosas ruelas de casas miseráveis entrecruzam-se com as ruas largas das grandes mansões e os belos parques públicos; essas ruelas lotadas de casas abrigam crianças doentias e mulheres andrajosas e semimortas de fome.

As péssimas condições de moradia e a superpopulação são duas anotações constantes sobre os bairros operários londrinos. Mesmo áreas ricas como Westminster têm paróquias onde, segundo o *Journal of Statistical Society* de 1840, moram 5 366 famílias de operários em 5 294 habitações, num total de 26 830 indivíduos, dispondo 3/4 dessas famílias somente de uma peça para viver. Idêntica situação na aristocrática St. George, com 1 465 famílias num

total de cerca de 6000 pessoas. Nessas circunstâncias, o que esperar das condições de vida no grande bairro operário à leste da Torre de Londres, White Chapel e Bethnal Green, conhecido nas décadas finais do século pelo termo East End? Conhecido de nome, já que os londrinos estranhos a ele não se aventuravam por suas ruas, considerando-o um mundo desconhecido, diferente e à parte, embora dentro da mesma cidade. A descrição do East End feita por Arthur Morrison (*Tales of mean street*) na década de oitenta não difere muito do relato de Engels em 1844: "Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes, onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos e camisas limpas são decências desconhecidas, onde todo cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia seus cabelos".

Na década de quarenta, o pároco de St. Philip, em Bethnal Green, diz ser essa parte da cidade tão mal conhecida pelos londrinos como o eram os selvagens da Austrália ou das ilhas dos mares do sul. Convida seus concidadãos a tomar conhecimento dos "sofrimentos desses infelizes", com suas magras refeições, curvados pelas doenças e pelo desemprego, afirmando mesmo que "uma tal soma de aflição e miséria numa nação como a nossa deveria ser motivo de vergonha". Também por volta de 1840, um depoente ao Select Committee on the Health of Towns afirma que, excetuando-se os médicos e os párocos, se sabe tanto dos habitantes do East End e de suas



Mapa do perímetro industrial interno. (In: *Gareth Stedman Jones*, Outcast London.)

condições de vida, quanto se sabe das populações selvagens das longínquas regiões africanas. A mesma opinião é expressa pela London Diocesan Building Society, vinte anos depois, ao considerar o East End "uma vasta região tão inexplorada como o Timbuctu". Comparações como essas, em que os distritos pobres são considerados *terra incógnita* e seus habitantes selvagens, desconhecidos, repetem-se durante as décadas de 1880 e 1890; o cientista T. H. Huxley chega mesmo a afirmar que o selvagem polinésio, "na sua mais primitiva condição, não possui nem a metade da selvageria e da irrecuperabilidade do habitante dos cortiços do East End" (Asa Briggs, 314-15).

Nas décadas finais do século, a opinião corrente acentua a deterioração substancial das condições de vida nos bairros pobres de Londres e *a teoria da degeneração urbana* ganha adeptos entre empresários, cientistas e administradores. "O filho do homem da cidade cresce muito magro, é quase uma paródia de si mesmo, precocemente excitável e doentio na infância, neurótico, melancólico, pálido e mirrado quando adulto, e isso no caso de atingir esse estágio da vida... Afirma-se com alto grau de certeza que um londrino puro da quarta geração não tem capacidade para se manter vivo", sentencia em 1890 o médico J. P. Freeman (*The effects of town life in the general health*).

Essa constatação, aliás, nada mais fazia do que confirmar a "Idéia Sanitária" que, desenvolvida por Chadwick, inspirou poetas, moralistas, artistas, filantropos e administradores na década de quarenta: "Os fatos demonstram a importância política e moral dessas considerações, ou seja, que as condições físicas ambientais malsãs deterioram a saúde e o estado físico da população, que elas agem, da mesma maneira, como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que, diminuindo a expectativa de vida da população operária adulta, impedem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade; que substituem uma população que acumula e conserva a instrução, que se aperfeiçoa constantemente por uma população jovem, ignorante, crédula, apaixonada e perigosa pelo fato constatado de sua tendência permanente à degradação física e moral" (*Report to her magesty's...*, 1842). Também as pesquisas das autoridades administrativas dessa década, transcritas nos famosos Blue Books, são enfáticas no relato das péssimas condições de vida dos operários: "mais imundície, piores sofrimentos físicos e desordens morais do que os descritos por Howard em relação aos detentos das prisões, são encontrados entre os trabalhadores que habitam os porões nas cidades de Liverpool, Manchester, Leads e extensas áreas de Londres" (*Report on the sanitary condition of the labouring people*, 1842).

As implicações econômicas da degradação física e moral dos trabalhadores urbanos são constantemente lembradas por esses sanitaristas que consideram os custos das medidas preventivas — melhores condições de moradia, sistema de distribuição de

água e sistema de esgotos — menores do que os custos da doença — interrupção do trabalho e perda de salário —, para não falar dos altos custos da contenção das sucessivas epidemias que tomam conta dos bairros pobres de Londres até a década de sessenta. A degradação física e moral do trabalhador urbano, preocupação maior nessa primeira metade do século, transmuta-se, nas décadas seguintes, na teoria da degeneração urbana do homem pobre. Em torno de 1860, os filhos dos tecelões de seda de Londres, indústria em declínio desde a década de trinta, espalhavam-se pelas esquinas das ruas da cidade em grupos de rapazes de 16 a 20 anos, magros, pálidos, improdutivos e furiosos, dizendo não terem emprego e terem suas tentativas de obtê-lo sido frustradas até no exército, dada sua compleição física débil e a pouca altura (S. Jones, *Outcast London*, 102).

Ao custo econômico soma-se a ameaça social, pois não se considera a "extinção do londrino" um processo pacífico: a consciência de sua situação força-o ao protesto e isso redunda, no mínimo, "perigoso e dispendioso para a nação". Competindo no mercado de trabalho em condições desvantajosas com o imigrante, ele percorre vários estágios antes de ser fisicamente eliminado: "trabalho irregular, biscates, pocilgas, prostituição, caridade, desordem, protestos públicos e tumultos; eis algumas das lutas desse moribundo londrino até que pague sua dívida à natureza, cujas leis não têm capacidade para obedecer" (Freeman-Williams, *The effect of town life on*

the general health, 1890) (S. Jones, 127).

O preconceito em relação ao trabalhador nascido e criado em Londres, já corrente no final do século XVIII, está amplamente difundido entre os empregadores na segunda metade do século seguinte. Os empresários da região norte do país chegam a explicitar serem indesejáveis os trabalhadores da Metrópole, "onde as constituições físicas estão quebradas e os homens enfraquecidos por dissipações e excessos de todos os tipos". Até mesmo um cervejeiro da cidade afirma: "nós nunca empregamos um homem londrino. Se um trabalhador adoece e precisa deixar seu emprego junto a nós, preenchemos seu lugar com alguém do campo" (S. Jones, 129-30). Na década de 1880, o darwinismo social proporcionou a cobertura biológica para a teoria da degeneração urbana hereditária, reforçando a posição privilegiada do imigrante para as tarefas especializadas e de responsabilidade. Entre as possibilidades de trabalho, bastante diminuídas pelo declínio da indústria londrina, restava ao homem da cidade o emprego casual, principalmente nas docas (S. Jones, 20-21).

Essa especificidade de Londres é explicada pelo historiador S. Jones pelo espantoso crescimento populacional da cidade (1 873 676 habitantes em 1841 e 4 232 118 em 1891) (A. Briggs, 59) não ter sido acompanhado por um crescimento equivalente das oportunidades de trabalho. Segundo ele, a Revolução Industrial representou um desafio crítico para as antigas indústrias londrinas que demonstraram ser incapazes de se estruturar no sistema de fábrica. No

primeiro quartel do século, Londres era conhecida pela produção têxtil (seda), pela construção naval e pela engenharia civil e mecânica pesada; nos anos setenta, comparativamente a outras áreas industriais, a produção da cidade tornara-se deficiente quanto aos têxteis, à engenharia pesada, à construção naval e, de maneira mais geral, quanto a todo tipo de matéria-prima e produtos semimanufaturados. Permaneceram em Londres os estabelecimentos de produtos manufaturados artesanais e sofisticados que encontravam rápida colocação no mercado urbano (S. Jones, 20-1).

As proporções desse declínio vertiginoso podem ser avaliadas pela indústria da seda que em 1824 empregava aproximadamente 50 000 pessoas e nos momentos piores de crise dos anos trinta chegou a ser responsável por 30 000 desempregados. Embora muitos desses tecelões sem emprego tenham imigrado para outras regiões industriais, um grande contingente permaneceu em Londres subordinando-se às condições impostas pelo trabalho casual nas docas (que chegaram na época a ser consideradas verdadeiras colônias de tecelões desempregados). Mesmo aqueles que permaneceram ligados sazonalmente à produção da seda na esperança de tempos melhores tiveram suas expectativas frustradas em definitivo pelo tratado Cobden de comércio livre com a França em 1860. Nesse ano o número de trabalhadores da seda decrescera para 9 500 pessoas, e vinte anos depois seu número reduzia-se a 3 300 (S. Jones, 101). O desamparo dos tecelões foi tragado pelo colapso da

indústria de construção naval do East London nos anos de 1866-8. Somente os canteiros de Poplar haviam aumentado seu número de trabalhadores de 13 000 em 1861 para 27 000 em 1865; em janeiro de 1867 esse estaleiro despedia 30 000 pessoas levando a um ponto crítico o pânico nesse bairro londrino, já flagelado no outono do ano anterior por uma epidemia de cólera que matara 3 909 pessoas. A crise financeira de 1866 atinge ainda a construção civil e a construção de ferrovias (S. Jones, 102-3).

Um quadro amplo da população industrial londrina por volta de 1860 mostra-a, excetuando-se os empregados na construção civil, divida em cinco grandes ramos de produção: vestuário (incluindo sapatos), madeira e móveis, metais e engenharia, impressão e papelaria e, finalmente, manufatura de precisão (metais preciosos, relógios, instrumentos científicos, instrumentos cirúrgicos etc.). No final dos anos sessenta, mesmo a produção de roupas e sapatos sofria uma competição significativa das outras regiões industriais, restringindo-se, assim, ainda mais a produção em oficina e ampliando a produção a domicílio. Em parte, também a externa instabilidade do mercado urbano sujeito às arbitrariedades da moda dificulta a produção em grande escala e torna altamente atraente para os empresários o recuo para o velho sistema de produção doméstica que, muito flexível, se expandia e se retraía quando necessário (S. Jones, 23-4). Nesses ramos da produção, onde é dispendioso o uso da máquina, a produtividade se faz garantir pela superexploração

do trabalhador ("sweting sistem").

Essa estratégia de recuo para um sistema de grande exploração de trabalho permite, no momento de declínio agudo das indústrias de construção naval e da seda, e com liberação de grande contingente de mão-de-obra, a rápida expansão e a transformação do sistema de produção de roupas, sapatos e móveis. Tratava-se de produtos baratos, fabricados em grande quantidade para um mercado pouco exigente; não competiam com os manufaturados de luxo da City ou do West End, mas sim com a produção fabril barata de outras regiões inglesas. Daí ser necessário subdividir sua produção no maior número possível de tarefas não especializadas e entregá-las à mão-de-obra não especializada e barata. Paradoxalmente, esse sistema de superexploração do trabalhador expande-se de forma insuspeitada com o avanço tecnológico efetivado nas máquinas de costura e de cortar tecido (indústria do vestuário e de sapatos) e nas serras movidas a vapor (mobiliário). Tanto a indústria de sapatos como a de móveis, expandiram-se nas áreas pobres de Bethnal Green, antigo centro de produção da seda. Também as áreas próximas aos estaleiros e às docas, proporcionaram mão-de-obra masculina disposta ao subemprego ocasional e mão-de-obra feminina barata. Como resultado geral, o sistema de superexploração do trabalho acentuou a predominância do trabalho não especializado sobre o especializado. Para o mercado de trabalho masculino especializado o impacto foi tremendo: a concorrência do trabalhador não qualificado e do menor fez

com que mesmo nos anos mais prósperos dessas indústrias (década de setenta) um grande número de alfaiates e sapateiros se vissem constrangidos a recorrer à caridade (S. Jones, 109).

Também as transformações no sistema portuário de Londres contribuíram para tornar ocasional o mercado de trabalho da cidade. Tanto a West India Dock como a London Docks, fundadas em 1802 e 1805, respectivamente, tinham como propósito formar uma força de trabalho permanente, sóbria e responsável, de maneira a que atuasse ainda como grupo de proteção dos bens das companhias. As duas preocuparam-se com ocupar seus empregados em serviços alternativos quando o específico trabalho nas docas era interrompido. O esforço para evitar a sazonalidade do emprego nessas companhias durou até os anos trinta. Ainda em 1828, os regulamentos morais da St. Katherine's Dock Company prescreviam "honestidade e sobriedade como qualificações indispensáveis" para seus trabalhadores que "ao menor desvio deviam ser dispensados imediata e irrevogavelmente".

Entretanto, no decorrer das décadas de 1830, 40 e 50, o porto de Londres foi aberto à total concorrência, extinguindo-se assim o sistema de monopólio que beneficiara as antigas companhias. A força de trabalho permanente foi reduzida ao mínimo, e o emprego casual nas docas, que já era uma lei da natureza, tornou-se também uma lei econômica. A segunda metade do século foi um período de crise para o porto de Londres, deteriorando-se significa-

tivamente as condições de emprego nas docas, em particular nas áreas mais antigas incapazes de competir com os sistemas mecanizados das docas mais modernas (Victoria e Millwall), estabelecidos nas décadas de 50 e 60. Para as áreas ribeirinhas de Whitechapel, St. George's, Limehouse e Poplar, todas no East End, essa concorrência implicou um corte de um terço de seus efetivos. Em 1881, a Charity Organization Society dizia ser já crônica e universal a queixa de falta de emprego na região, manifestando sua apreensão pela transferência das atividades portuárias para outras partes do rio (S. Jones, 111-23). O emprego casual e a superexploração do trabalho tornaram-se regra aí também.

Contudo, essa regressão não era aplicável a outros ramos da indústria londrina que, a partir dos anos cinqüenta, inicia seu êxodo para outras áreas industriais inglesas. Isto ocorre principalmente com a construção naval, com a indústria da seda e com a engenharia pesada, onde o declínio foi mais lento, mas igualmente acentuado. A construção naval de Poplar, por exemplo, sustentara seu crescimento no início da década de sessenta, no entender de Jones, em bases precárias, tais como o uso crescente de ferro de alta qualidade na construção de navios, o alto nível salarial dos trabalhadores londrinos e uma estrutura sindical ("trade union") forte o bastante para manter em uso métodos tradicionais de trabalho. Esses elementos mantinham a indústria numa situação de dependência dos favores governamentais e das encomendas do exterior (102). Nos anos noventa, as dificuldades existentes para a produção londrina são acrescidas com regulamentações para a construção e a inspeção obrigatória das instalações fabris. Essas medidas tornam intransponíveis as barreiras para a produção em larga escala na cidade de Londres, para ramos da indústria como o gráfico, a encadernação, o mobiliário e certos tipos de vestuário (26).

A instabilidade do mercado de trabalho acentua a extrema exploração do trabalhador e força-o a residir no centro da cidade, próximo aos lugares onde sua busca de emprego ocasional se faz possível a cada manhã. Nessas áreas, a superpopulação acelera e piora as condições sanitárias das moradias. Toda a política de demolição e deslocamento de bairros considerados infectos e perigosos, desenvolvida entre 1850 e 1880, resulta, na ausência de um sistema de transporte barato e eficiente, numa agudização do congestionamento dos bairros centrais de Londres. É na região central da cidade que o problema se manifesta de forma mais aguda; seu excesso populacional transborda, entretanto, para os bairros próximos, até atingir o perímetro industrial ainda interno à área urbana (Inner London). Alarmado com o que viu, o médico Hunter afirma, em 1865, num relatório ao Privy Council que "existem cerca de 20 grandes colônias em Londres com 10 000 pessoas cada uma, colônias cujas condições miseráveis excedem qualquer coisa jamais vista na Inglaterra, sendo isso resultado quase exclusivo das más condições de suas moradias, acrescidas com a superpopulação e a dilapidação das

casas que são muito piores do que eram há vinte anos atrás" (S. Jones, 173-5).

Esses relatos alarmantes parecem preocupar os londrinos em geral apenas nos momentos em que essa população dos bairros ruins expressa seu descontentamento em violentas manifestações de rua. No rigoroso inverno de 1860, uma série de movimentos de revolta (*riots*) pelo preço do pão sacode vários distritos do East End; no verão de 1866 o desafio à ordem assume uma forma política mais tangível com os distúrbios provocados pela invasão do Hyde Park pela multidão revoltada — a *mob* —; no inverno também rigoroso de 1867, somam-se à depressão comercial o colapso da indústria naval do Tâmisa, a epidemia de cólera e a má colheita, e o ano começa com *riots* de pão no East End, num momento em que o desemprego atinge níveis sem precedentes; em maio desse mesmo ano, uma segunda invasão do Hyde Park, sob o mesmo pretexto de arrancar os trilhos da ferrovia, reúne mais de 100 000 pessoas, fazendo com que o Parlamento se apressasse em tomar medidas que afastassem a ameaça de uma incipiente aliança entre "o trabalhador casual, o *residuum*, e a classe trabalhadora respeitável"; no início dos anos setenta, o alto nível de desemprego persiste e os desempregados organizados na Liga da Terra e do Trabalho continuam a ocasionar tumultos e ansiedade no East End (S. Jones, 241-2).

Os escritores manifestam seus temores pela crescente onda de crimes e pelos possíveis ataques à

propriedade. Estima-se em 20 000 os criminosos espalhados pela cidade de Londres. Junto ao crime vem a mendicância: uma verdadeira "praga de mendigos" flagela a cidade. Dizia-se que "nenhum dos habitantes dos subúrbios podia deixar de se sentir vivendo circunstâncias de grande perigo". Também se afirmava que "em cada esquina um moleque maltrapilho arrasta uma vassoura suja na nossa frente e alegremente nos impõe uma taxa; em intervalos pequenos e regulares, encontramos o lamento ininterrupto do robusto irlandês sempre morrendo de fome ou a odiosa menina que está sempre invocando o nome de Deus em vão. Se entramos numa casa de lanches para uma refeição modesta de biscoitos ou bolo, toda uma família de enraivecidos vagabundos se põe a olhar para cada bocado que introduzimos na boca. Antes que tenhamos chegado à metade do passeio teremos sofrido 'a punição de ser passado pelas varas' de todas as formas de pretensas misérias" (Dr. Guy, *The curse of beggars*).

O incômodo causado pelos mendigos e pelos vagabundos isoladamente só se vê suplantado pelo medo deles em multidão. "O que pode fazer uma força policial de 8 000 ou 9 000 homens contra 150 000 indivíduos violentos e rufiões, os quais, numa situação de excitação suficiente, podem ser vistos na Metrópole investindo-se contra a lei e a ordem?", pergunta o reverendo Henry Solly em 1868. E prossegue lembrando seus ouvintes na reunião da Society of Arts "quão diferente é a multidão (*mob*) londrina do dócil campesinato ou dos ordeiros operários do Lan-

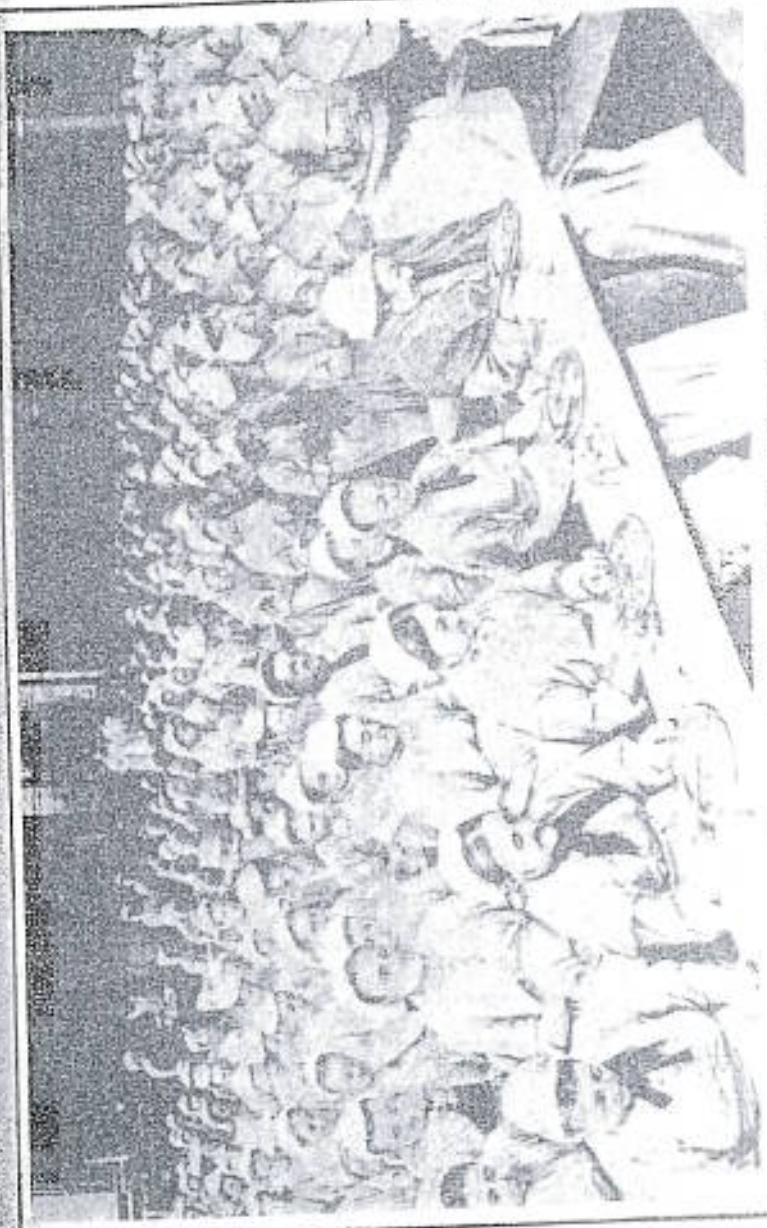
cashire". A multidão londrina, esse povo completamente anônimo, mereceu o cognome de "populaça, este vasto *residuum*, que se desloca para onde quer, que se reúne onde deseja, vociferando o que deseja, quebrando aquilo que quer" (Mathew Arnold, *Culture and anarchy*, 1869).

"Essas extensas, miseráveis e incontroláveis massas de pessoas submersas no East End, esse meio milhão de pessoas convertidas por uma legislação adversa e pela caridade, ao pauperismo, assustavam os contemporâneos por terem um vínculo irregular com o trabalho, por conseguirem sobreviver às expensas do roubo e do jogo, por escaparem às possibilidades classificatórias do pobre trabalhador respeitável. Assustavam ainda mais por não serem nítidos, na prática, os limites entre o trabalhador e o resíduo; mesmo entre as pessoas que ganhavam sua vida trabalhando (e a definição inglesa para homem pobre dizia ser aquele que precisa trabalhar com suas mãos para se manter a si e a sua família), algumas tinham uma situação indefinida dada a má fama de suas ocupações, embora elas fossem vitais para a vida cotidiana da cidade: os construtores de ferrovias (*land navigators* ou simplesmente *navies*), os vendedores ambulantes e os limpadores de chaminé estavam entre esses indesejáveis do mundo civilizado" (Kellow Chesney, *The victorian underworld*, 1970).

Aliás, já a partir da década de quarenta, a cidade industrial, Manchester, torna-se o símbolo das esperanças e das apreensões da "era da industrialização". Com o declínio do cartismo no final dos anos quarenta, livre da ameaça do movimento operário, a cidade se erige em modelo exaltado pelos contemporâneos entusiasmados com suas instituições de ajuda mútua, com a sobriedade e com a religiosidade da sua classe operária. São as cidades do Lancashire e do West Riding de Yorkshire, primeira região da Inglaterra onde o sistema de fábrica se desenvolve extensivamente, que servem de inspiração para escritores e políticos desejosos de relatar elogiosamente o cada vez maior progresso da classe operária. Credita-se à rigorosa disciplina imposta aos habitantes das cidades industriais, regulados pelo tempo e pelo ritmo do trabalho fabril, a rígida e cerrada organização da vida nesses centros urbanos, organização essa que torna impossível a existência da figura do desempregado crônico ou ocasional. Não só os apologistas do sistema de fábrica nelas se inspiram; também os críticos mais amargos dessa nova cidade descarnada buscam nelas um modelo do que uma cidade não deveria ser. Em seu *Tempos difíceis*, Dickens descreve uma cidade — Coketown — onde o império do tempo útil não deixa espaço algum aos devaneios, onde as pessoas não vinculadas à produção estão, sempre ou de passagem, como figuras marginais, como Searly, o dono do circo, e sua troupe, ou são expulsas, como Blackpool, o operário despedido por indisciplina.

Em visita a uma região industrial, Beatrice Potter anota estar vendo o avesso do processo de atração dos maus trabalhadores e dos maus-caracteres para a

grande cidade. Aqui, diz ela, "se um homem não trabalha regularmente, ele simplesmente não trabalha. Portanto, um mau-caráter é um enjeitado" (S. Jones, 12). Sem lugar nessas cidades industriais, esse rejeitado da civilização dirige-se quase obrigatoriamente para Londres, onde a riqueza e as inúmeras instituições de caridade atuam como atrativo. Londres vai se tornando, dessa maneira, o outro lado da moeda, o símbolo das más conseqüências da vida urbana e da industrialização. Nela podem se acomodar os dissolutos, os preguiçosos, os mendigos, os turbulentos e os esbanjadores de dinheiro. Vê-se, portanto, reputada como o grande desaguadouro daqueles despidos das qualidades necessárias para integrar as fileiras do operariado fabril. A alternativa do emprego casual ou de formas menos honestas de sobrevivência, fazem da cidade de Londres o símbolo do *resíduo social*, aqueles homens que se encontram *fora da sociedade*. Nas palavras do redator da *Quarterly review*, em 1855: "A mais notável feição da vida londrina se constitui por uma classe decididamente inferior ao trabalhador na escala social e muito ampla em termos numéricos, a despeito de não estar relacionada oficialmente entre os habitantes do reino e de retirar seus meios de subsistência das ruas... Na sua maior parte conseguem com esforço extremo se manter num estado crônico de inanição; muitos deles têm, além de suas reconhecidas vocações, outra mais recôndita em franca violação do oitavo mandamento; assim, por gradações que vão imperceptivelmente escurecendo à medida que avançamos, chegamos às



Cena do Workhouse *St. Pancras, Londres, 1900.* (In: Historia General del Trabajo.)

classes que estão em guerra aberta contra a sociedade, que declaradamente vivem do produto da depredação ou do salário da infâmia" (S. Jones, 12).

Pessoas que estão fora da sociedade, pessoas que não pautam suas existências pelos valores constitutivos da vida social — o trabalho, a propriedade e a razão —, têm como único meio de sobrevivência atacar essa organização exterior a elas. Nesse raciocínio, a miséria sem esperança de recuperação não tem lugar. Se a probreza fora aceita pela sociedade, mesmo representando um ônus, era porque ela figurava bolsões de resistência ainda não absorvidos pelo mundo do trabalho, mas passíveis de a ele serem introduzidos. Esses pobres não se encaixavam na figura de maus elementos, eram antes considerados pessoas que por suas fraquezas físicas e sobretudo morais não haviam ainda respondido ao chamamento do trabalho. Deles cuidava a caridade pública e privada, que também acudia à privação causada pelo desemprego temporário do trabalhador. É bem verdade que os métodos de persuasão estavam muito longe de qualquer suavidade: as Casas de Trabalho ("Workhouses") deviam ser lugares pouco atraentes para que seus ocupantes procurassem sair de lá o mais rápido possível. Não deviam se sentir confortados em suas instalações, a vida em família e a boa refeição representavam privilégios, a merecida recompensa aos que ocupam seus dias com o trabalho produtivo. Mesmo a disciplina e a intensidade do trabalho lá dentro, deveriam ser sensivelmente mais rigorosas do que nas fábricas, de forma a atuarem

como estímulo à busca de emprego. Trata-se, portanto, de uma instituição destinada a *introduzir* (ou a reintroduzir) seres não moralizados à sociedade do trabalho.

Também o programa de atendimento ao pobre pela caridade organizada da *Charity Organization Society* (cujo nome completo é significativo: Society for Organizing Cheritable Relief and Repressing Mendicity), se mais brando nos métodos, configura contudo uma estratégia mais insidiosa, pois ia em busca dos fora da sociedade, lá mesmo onde se escondiam, em seus bairros sujos, organizando um controle cerrado de cada caso. A intenção explícita da Sociedade, no momento de sua fundação (1869), é acabar com a caridade particular e indiscriminada das pessoas ricas. Considera-se que o efeito moralizador da esmola se perdera com a separação espacial entre ricos e pobres. Não mais os pobres podiam se mirar no modelo de vida dos ricos como objetivo que, embora inatingível, servia de estímulo e exemplo. Os distúrbios dos anos anteriores à fundação da Sociedade haviam demonstrado claramente a urgência da incorporação dos desocupados ao mundo do trabalho, pois a linha divisória entre desempregados circunstanciais e desocupados permanentes borrara-se com rapidez, impedindo os ingleses bem nascidos de identificarem corretamente a ameaça social.

Tanto a aliança ocasional entre esses homens diferentes, para finalidades censuráveis como os *riots* de fome, quanto o contato contínuo de homens degradados com as *verdadeiras classes trabalhadoras*

demonstravam a real dimensão do perigo que ameaçava a sociedade. As opiniões se tornam mais definitivas em relação aos incapazes de regular suas vidas pela disciplina do trabalho: a proposta de eliminação física desse resíduo, que deve ser abandonado a si e compelido a não procriar, traduz a certeza de que são considerados homens sem esperança de recuperação, degenerados física e moralmente. E mais, o *resíduo* passa a ser visto como um elemento deslanchador de crises. Em 1885, uma comissão da prefeitura de Londres (Mansion House) assim se define em relação ao *resíduo*: "Esta classe é um peso morto sobre o mercado de trabalho, ela interfere nos interesses dos trabalhadores de mérito e de boa vontade, sobre os quais ainda exerce uma influência de efeitos profundos e degradantes" (S. Jones, 290).

Movimentos de desempregados provocam, na década de 1880, o temor e o espanto entre os londrinos, trazendo de volta o velho espectro da *mob*, a multidão amotinada que nos anos posteriores às guerras napoleônicas havia promovido desordens consideráveis em Londres e Manchester. A manifestação de apoio às medidas reformistas do governo, em 1884, reúne novamente no Hyde Park 120 000 pessoas, e foi considerada na época "a maior demonstração Reformista de todos os tempos". Os violentos distúrbios dos anos de 1886 e 1887 confirmam não só o temor do *resíduo*, mas também inoculam o descrédito na incorporação total e permanente da classe operária aos padrões da sociedade burguesa. "Estou profundamente convencido de que se não atacarmos

a miséria mais seriamente do que fizemos até agora, aproxima-se a hora em que essa massa humana em plena ebulição sacudirá todo o edifício social... O proletariado pode nos estrangular se não ensinarmos a ele as virtudes que souberam elevar as outras classes da sociedade", afirma o filantropo Samuel Smith em 1855 (Jones, 291).

Coincidentemente, os homens que agitam Londres em fevereiro de 1886 e tentam de início resolver o problema do desemprego num inverno rigoroso através das vias legais, pedindo trabalhos públicos e auxílio-desemprego, são trabalhadores. Em Trafalgar Square, a assembléia que dá início ao movimento compõe-se de 20 000 homens desempregados das docas e da construção. Contudo, bastaram algumas provocações para que a marcha pacífica em direção ao Hyde Park se transformasse num ataque a todas as formas de propriedade, riqueza e privilégio: janelas e vitrinas foram quebradas, carruagens foram tombadas e seus ocupantes assaltados; em suma, na observação do *The times*, "o West End (bairro rico de Londres) esteve por algumas horas nas mãos da multidão". O pânico tomou conta da cidade; notícias desencontradas sobre multidões avançando em direção à City ou ao West End e destruindo tudo no seu avanço mantêm os proprietários, o governo e as tropas em prontidão durante mais dois dias que, nas palavras do historiador S. Jones, se assemelharam ao *Grande Medo* ("Grand Peur") da Revolução Francesa (291-5).

No outono de 1887, a tensão atinge seu ponto

culminante. O espetáculo de centenas de homens pernoitando nas praças públicas próximas ao West End voltou a alarmar os proprietários londrinos. À observação: "o lugar mais bonito da Europa está transformado num sórdido acampamento de vagabundos", os desempregados sob a liderança de SDF (Federação Social Democrática) respondem com o slogan: "não à caridade, sim ao trabalho". Quando, no final de outubro, milhares de desempregados e famintos invadem as praças, os parques e as ruas dos bairros ricos e elegantes da cidade, os proprietários chegam a afirmar que se a política não desse conta de "limpar as ruas" eles empregariam bandos armados para fazê-lo. O East End deixara de delimitar o espaço da pobreza, e a sociedade se defende com uma feroz repressão ao movimento dos desempregados no dia 13 de novembro — Domingo Sangrento ("Bloody Sunday") —, expressando seu temor e sua força.

A COLMEIA POPULAR

> C'est toujours dans les faubourgs, insistons-y, que la race parisienne apparaît; là est le pur sang; là est la vrais physionomie; là ce peuple travaille et souffre, et la souffrance et le travail sont les deux figures de l'homme.
>
> *Victor Hugo* (Les Miserables)*

Nesse final de século, a dimensão física dos bairros operários e da população trabalhadora de Londres constitui argumento suficiente para tornar o inglês bem-nascido apreensivo em relação às áreas proletárias do South London e do East End. Deste último bairro, os contemporâneos dizem ser a população tão grande quanto a de Berlim, Viena, São

* É sempre nos subúrbios, insistamos, que a raça parisiense aparece; lá está o sangue puro; lá está a fisionomia verdadeira; lá este povo trabalha e sofre, e o sofrimento e o trabalho são as duas imagens do homem.

Petersburgo ou Filadélfia, de ser um lugar onde senhoras não transitam, nem veículos particulares, de ser, enfim, um lugar onde tudo está marcado pelo selo da classe operária, onde, apesar de ter uma população de dois milhões de pessoas, não existem hotéis, ou seja, um lugar que ninguém visita.

A população de Londres em geral crescera muito — *duplicara entre 1821 e 1851 e novamente dobrara* nos cinqüenta anos seguintes —, fazendo com que o espetáculo de suas ruas adquirisse proporções, em si, assustadoras. O movimento da cidade difere muito daquele que inspirara Dickens e Poe nos anos trinta e quarenta. O mundo do trabalho londrino, composto por artesãos prósperos e trabalhadores casuais pobres, deslocava-se através de um espaço físico e de uma estrutura de produção muito semelhante à do século XVIII (S. Jones, 159). Toda a agitação anotada pelos contemporâneos se compõe com milhares de homens e mulheres no trânsito cotidiano de suas casas para seus empregos, resultado evidente do declínio do sistema doméstico de produção. Impelidos para o mercado de trabalho, vêem-se na contingência de se deslocarem a pé por ruas estreitas e irregulares, impróprias para a passagem de pedestres. Num cenário de cerca de duas milhas de extensão, a grande novidade é a exteriorização da atividade do trabalho. É a amplitude dessa exposição pública das atividades do trabalho o que choca os contemporâneos. Nessa exteriorização, que produz a identidade social do trabalhador, o que mais espanta é estar esse homem coberto com os sinais da miséria, considerados até

então atributos de velhos e doentes, dos incapacitados em geral.

Não causa estranheza, portanto, Fourier, no início do século, ir buscar na experiência inglesa as conseqüências da vida em cidade e do novo sistema de produção. Com os olhos voltados para o trabalhador inglês, ele designa a degradação que conduz necessariamente ao crime como "a desgraça dos proletários". "Em Londres", diz ele, "existem 117 mil pobres conhecidos a cargo das paróquias; 115 mil pobres abandonados, mendigos, gatunos e vagabundos, dentre os quais destacam-se: 3 mil receptadores, sendo um deles tão rico a ponto de possuir 20 milhões; 3 mil judeus distribuidores de moeda falsa que também incitam os empregados a roubar seus patrões e os filhos a roubar seus pais; ou seja, 232 mil pobres na cidade que é o grande centro da indústria." Preocupado com essas criaturas do *novo mundo industrial*, ele afirma que também "a França caminha para esta miséria: Paris tem 86 mil pobres conhecidos e talvez outro tanto de desconhecidos. Os trabalhadores franceses são tão miseráveis que nas províncias onde a indústria é maior, os homens nas suas cabanas de terra não possuem nem mesmo um leito" (L. Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses*, 232).

Para o francês da época, praticamente inexiste diferença entre *homem trabalhador*, *pobre* e *criminoso*. Na verdade, constituem níveis de uma mesma degradada condição humana, a do trabalhador dos grandes centros urbanos. A exposição pública do

trabalho e da pobreza compõe no social uma dimensão assustadora da realidade. Nas palavras de Considerant, é o espetáculo de "legiões de operários vivendo o dia-a-dia com um salário inseguro, constrangidos, além disso, pela dureza de um trabalho repugnante" (Chevalier, 235). Também Louis Blanc é pessimista quanto às incertezas do mercado de trabalho regido pela concorrência, que considera um regime de extermínio do povo. A certeza de se estar vivendo um tempo particular, determinado por transformações de alcance total imprevisível, está presente nesse conselho de um contemporâneo: "Olhe Paris como observador e meça a lama deste esgoto do mundo, as raças selvagens entre essa população tão ativa, tão espiritual, tão bem vestida, tão polida, e o assombro tomará conta de você" (Chevalier, 235). Tal preocupação parece ter mesmo feito de médicos, administradores, escritores, vale dizer, o homem cultivado, habitante da grande cidade, observadores atentos da cena urbana. Como resultado dessa atividade explicitamente estimulada pelas freqüentes incursões violentas da multidão de homens pobres nas ruas de Paris durante a primeira metade do século, tem-se uma abundante produção de relatórios estatísticos e descrições literárias.

É sempre a apreciação crítica da pobreza proletária londrina e de suas más conseqüências para a vida da cidade o argumento mais utilizado pelos franceses quando elaboram em projeção as futuras condições de vida em Paris. O argumento central consiste em se estabelecer um vínculo solidário entre cidade, pobreza e criminalidade. No final da década de 1830, Gerando, embora considere os centros urbanos lugares privilegiados, tanto para o equilíbrio entre as classes rica e pobre, dada a existência de uma classe média, quanto para a proteção institucional dos fracos, reconhece ser nas cidades também o lugar onde a miséria mais abundante e hedionda encontra ambiente favorável para se desenvolver. Às perguntas: "não é o veneno corruptor das cidades que por sua ação deletéria apaga entre milhares de desgraçados as forças físicas e morais? E não é lá que reinam afrontosamente a prostituição e o jogo?", ele responde com as evidências londrinas. "Vejam essa Londres, com seus 118 000 gatunos e receptadores, suas 75 000 prostitutas, seus 16 000 mendigos, seus 20 000 indivíduos sem meios de subsistência..." (Chevalier, 250).

Por essa mesma época, Flora Tristan não hesita em trocar o título do seu livro de *Passeio a Londres* por *A cidade monstro*, e Buret, participando do concurso da Academia de Ciências Morais sobre o tema da pobreza, vai mais longe e associa, de forma explícita, aos centros comerciais e industriais, a miséria, a barbárie e o crime, mas também os perigos políticos. Os contornos do mundo urbano, habilmente desenhados por ele, se apresentam saturados por múltiplos sinais negativos: "Na Inglaterra e na França encontram-se, lado a lado, a extrema opulência e a extrema privação. Populações inteiras, como a da Irlanda, reduzidas à agonia da fome; no centro mesmo dos núcleos mais ativos da indústria e do comér-

cio se vêem milhares de seres humanos levados pelo vício e pela miséria ao estado de barbárie". Com ele, a figura literária dos bárbaros da civilização se desfaz. A barbárie não comporta nenhum traço de simpatia complacente. Trata-se de uma ameaça social: "A humanidade se vê afligida desse mal que ela apenas entrevê, pois estamos longe de conhecê-lo em toda a sua extensão; os governos se inquietam com razão; eles temem que, no seio dessas populações degradadas e corrompidas, explodam um dia perigos inabarcáveis".

Essa imagem pessimista se impõe, porque, como muitos dos seus contemporâneos, Buret estabelece uma diferença fundamental entre a pobreza, que só atinge o homem fisicamente, e a miséria, que atinge também sua alma. Sendo um "fenômeno de civilização", a miséria "supõe no homem o despertar e mesmo um desenvolvimento avançado da consciência". Por ser parte componente do mundo civilizado, sua tendência é crescer. E na expansão radica sua ameaça maior, pois, no seu entender, "à medida que atinge as partes esclarecidas da classe trabalhadora, esta se torna mais inquieta e menos resignada: já raciocina e persegue suas causas através de uma investigação apaixonada. As classes pobres, adverte ele, já têm seus teóricos que pretendem ter encontrado nas instituições políticas a causa dos sofrimentos do povo: que os governos se ponham em guarda!" (Chevalier, 257).

Nesse sentido, aquilo que aparece na Inglaterra como contágio moral tem na França a qualidade de

ameaça política; enquanto entre os ingleses se computa o custo econômico da miséria nos seus mais variados aspectos (doença, desemprego, desmoralização, representam gastos para a sociedade), entre os franceses a preocupação maior fica com os custos políticos da ameaça da miséria às instituições. Observações plausíveis para um crítico da "civilização industrial" como Louis Blanc, quando em 1839 ele vê Paris tomada de emoção, com grupos de trabalhadores reunidos em diversas partes da cidade, controlados de perto por destacamentos de cavalaria — "que esperamos? Será que a epopéia da indústria moderna ainda tem mais algum lúgubre episódio para nos apresentar?" —, constituem também presença marcante nos textos literários. Balzac se indaga sobre a atitude possível de homens aos quais a sociedade nega a satisfação de suas necessidades primárias, e pergunta: "Terá a política previsto que, no dia em que a massa dos miseráveis estiver mais forte do que aquela dos ricos, a sociedade será organizada de uma maneira totalmente diferente? A Inglaterra, neste momento, encontra-se ameaçada por uma revolução desse tipo". Quando prossegue em suas colocações, fica evidente o caráter projetivo do seu alarma, pois a revolução iminente na Inglaterra substantiva-se numa "taxa dos pobres exorbitante" e na possibilidade futura de o número dos miseráveis ultrapassar qualquer forma de controle repressivo (Chevalier, 139).

Essa mesma forma de solidarizar o trabalho, a miséria, o crime e a ameaça política encontra-se em

La ruche populaire, jornal operário. Durante os meses do outono e inverno de 1840-41, aparece em suas páginas o seguinte comentário: "A classe operária está em fermentação. A miséria é cada vez maior". A imagem de um exército de miseráveis composto por pobres e criminosos aos gritos de "Tenho fome! Tenho frio!", avançando como uma miríade de fantasmas pelas ruas, é solidária à representação bastante negativa da rede de instituições encarregada de acolhê-los. "O hospital-asilo, a prisão e o túmulo, eis a parte que toca ao pobre e ao liberado das prisões! E não quereis que tanto os menos como os mais corajosos desses homens, aqueles que querem viver, se insurjam contra a sociedade!" (Chevalier, 653). A imprensa popular oferece dessa maneira aos trabalhadores um imagem refletida nos padrões da sociedade burguesa. Na correspondência de um dos autores mais apreciados pela população trabalhadora parisiense, Eugène Sue, encontram-se vários registros dessa identificação com os personagens de seus livros.

Bárbara e selvagem constitui a condição das *classes pobres e viciosas*; ameaça social indica o sentido da deterioração de suas condições de vida. "Que outra alternativa sobra a esse homem, levado pela miséria ao extremo grau de degradação, afastado por completo das leis da vida civilizada, praticamente reconduzido ao estado de barbárie?", indaga Buret. E propõe aos senhores da economia política o estudo da miséria, acusando-os de indiferença em relação a um fenômeno que menosprezam por considerá-lo

uma infeliz exceção, o resultado da opção de vida dos miseráveis. Afinal, diz ele, a miséria recobre a existência de milhares de homens, mulheres e crianças, constitui parte integrante da "fisiologia social". E prossegue afirmando que, por uma razão de coerência mesmo, a economia política, que se autoconcebe como ciência social, não deveria fechar os olhos para os *fatos* que contradizem suas teorias: "crises que se tornam o estado permanente da indústria, fraudes e falsificações mercantis disseminadas por todos os ramos dos negócios, crescimento e aglomeração de classes de indivíduos que não dispõem de nenhum outro meio de vida além do salário, freqüentemente insuficiente, sempre incerto, e que não possuem outra habilidade além da força bruta...". Declara então não estar fazendo um jogo de palavras quando diz que diante do quadro da riqueza das nações é necessário que a economia política coloque o quadro da miséria das nações.

A figura do inimigo, produzido pelo sistema industrial, direta ou indiretamente, e localizado entre a população dos bairros pobres, exige, no entender de Buret e de outros contemporâneos seus, o renovado esforço intelectual do *reconhecimento de sua presença, da seleção dos seus traços de identidade, da contagem do seu efetivo*. E isso porque identificam na miséria (tipo degradado de pobreza) um subproduto, uma criatura, da sociedade do trabalho; um dejeto, sobra sem lugar no social e, portanto, ameaça sempre presente na forma inquietante do crime, mas também na forma mais perigosa da

revolução.

Buret vai ao cerne da questão atacando o pressuposto da economia política, que postula a autoregulação das relações econômicas. Tal como Louis Blanc, já mencionado, imputa à concorrência no mercado de trabalho o nomadismo do trabalhador e a insegurança quanto à sua subsistência. Nesse ponto o trabalhador se iguala ao selvagem, pois tem sua vida subordinada às oportunidades do jogo do mercado e aos caprichos do acaso: "hoje boa caça e salário; amanhã, caçada mal-sucedida e desemprego; hoje a abundância, amanhã a fome". Ainda como o selvagem, o proletário da indústria se encontra sujeito ao nomadismo desde a infância, quando se une aos bandos de crianças que vagabundeiam pelas ruas, até a idade adulta, quando passa então a compor "a população flutuante das grandes cidades, essa massa de homens que a indústria atrai e mantém em torno dela, a qual não ocupa constantemente, mas mantém como reserva às suas ordens".

Nessa extensa fileira de homens em expectativa é fácil ao pauperismo recrutar seus efetivos. Por isso Buret convida seus leitores a conhecerem a miséria de perto, a penetrarem o seu reduto, os bairros malditos, os velhos bairros de ruas estreitas e populosas onde a cada passo se repõe a visão de "homens e mulheres murchos pelo vício e pela miséria, de crianças seminuas apodrecendo na sujeira, sufocadas em antros sem luz e sem ar". Ao verificarem com os próprios olhos o quadro desolador da indigência urbana, "homens, nossos compatriotas e nossos irmãos,

que embrutecidos pela miséria se igualam aos selvagens da África e da América na sua paixão pela bebedeira e pelas orgias de sangue e de ferimentos". Não se pode esquecer, conclui, que "os operários se consideram tão isentos de deveres em relação aos seus patrões quanto estes o estão em relação a eles; que eles os consideram homens de uma classe diferente, oposta e mesmo inimiga. Isolados da nação, postos fora da comunidade social e política, isolados com suas necessidades e suas misérias, eles se movimentam para sair dessa solidão pavorosa e, como bárbaros aos quais são comparados, pode ser que cogitem até de uma invasão" (Chevalier, 258-9, 594-5).

No final do século, persiste a *imagem negativa* desse novo mundo industrial, acusado por Leon Say de ser a causa de uma doença social nova, o pauperismo, estado crônico de privação das coisas essenciais à vida. Sua origem, diz ele, "deve-se à organização industrial de nossa época; está na maneira de ser e de viver dos operários das manufaturas". E tal como Engels fizera ao visitar a Inglaterra, o médico Lachaise se indaga: "a que preço compramos as vantagens da vida social; a quantos milhares de indivíduos o mais simples de nossos deleites custa cotidianamente a vida? Vendo a maioria dos operários de certos ramos da indústria perfazer somente a metade do período normal da vida, não parece que o destino do homem seja encontrar sua destruição nas próprias causas de sua existência?" (Chevalier, 632).

Mesmo o historiador Michelet, pouco compla-

cente com os homens letrados de seu tempo, aos quais critica de tirarem conclusões errôneas de suas observações do homem do povo francês, confirma em seu livro *La peuple* a imagem corrente de degradação da condição humana no operário das manufaturas. Num relato minucioso, onde se mesclam grande lucidez em relação aos problemas da época e extrema simpatia pela classe operária, de onde diz provir, Michelet elabora uma imagem nítida do universo do trabalho, penetrando seu núcleo, a fábrica. Da própria atividade cotidiana do operário, ele deriva as conseqüências inevitáveis para o homem submetido a "um trabalho que não demanda nem força, nem habilidade, que jamais solicita o pensamento".

Dividido como Engels entre o fascínio pelo progresso e o constrangimento do seu custo humano, não tem, como aquele, em seu horizonte, uma teoria da proletarização do homem como etapa necessária no difícil acesso ao reino da liberdade. Para ele, o sistema de fábrica veio para ficar, embora demande mudanças substanciais que ponham fim à guerra entre patrão e operário. Daí oscilar entre o elogio à introdução da máquina, que proporciona "a vulgarização dos produtos industriais pelo rebaixamento do preço e coloca assim ao alcance dos pobres uma grande quantidade de objetos", e o pessimismo ante a humilhação do homem transformado em servo da máquina. Ao mesmo tempo que define a máquina como "poderoso agente do progresso democrático, um progresso do povo na sua exterioridade e na aparência, ou, por assim dizer, *a igualdade visível*",

desenha com traços fortes a imagem de homens espoliados de parte substancial de sua humanidade, reduzidos à mera reprodução física.

Todo o percurso que rebaixa a condição humana nos operários fabris, degradando-os física e mentalmente, é construído por Michelet. Homens que se tornam máquinas porque submetidos a elas. Tal como Dickens em *Tempos difíceis*, a repetição continuada das mesmas tarefas impostas pela máquina leva o trabalhador superexplorado por um jornada de trabalho muito longa a viver sob o imperativo de determinações exteriores a ele. Afastado de qualquer atividade do pensamento, esses homens perdem exatamente aquilo que os diferencia dos seres irracionais. No fim do percurso, encontramos homens reduzidos a meros seres instintivos; sua parcela de humanidade se localiza nos sentimentos e não na razão.

Tudo na fábrica ("atelier méchanique") contribui para essa mutação, dado ser aí "o reino da necessidade, da fatalidade", onde a única coisa viva se reduz à severidade do contramestre. A novidade da máquina fascina e choca-o: "A cabeça gira e o coração se contrai quando pela primeira vez percorremos essas casas encantadas, onde o ferro e o cobre deslumbrantes parecem se movimentar sozinhos, parecem pensar e desejar, enquanto o homem frágil e pálido se faz o humilde servidor desses gigantes de aço". O que esperar de seres submetidos ao poder do maquinismo, presos durante longas horas à máquina em movimento? Michelet responde dizendo ser impossível evitar nos homens rostos lastimáveis, nas

moças a juventude murcha, nas crianças a deformação e o inchaço, enfim, uma "aparência física profundamente corrompida". Porém, segundo ele, a máquina é muito mais cruel, ela não se contenta com o domínio do corpo, ela ambiciona dominar também a mente dos trabalhadores; ela não permite nenhum devaneio, nenhuma distração: "poucos instantes após ter-se empurrado o infatigável carro de cem escovas, ele retorna às suas mãos".

A preocupação com o que considera o amâgo do *novo mundo industrial* contrasta Michelet entre muitos dos pesquisadores sociais de seu tempo que, como Buret, se limitam a observar tão-somente o espetáculo dos trabalhadores nas ruas. Ele vai buscar na fábrica as razões do comportamento do operário. Assim, abandona a genérica associação entre miséria (privação dos bens necessários à vida) e degradação, e assinala a dependência múltipla do operário diante da máquina, do patrão e do emprego incerto como causa de sua atitude turbulenta e irracional. A insegurança, este o móvel que impele o operário à busca do amor violento e volúvel, da bebida em excesso e da algazarra grosseira na saída da fábrica; é uma compensação ao frio do metal, à insensibilidade da máquina e à mudez imposta pelo barulho atordoante do monstro metálico.

A degradação do trabalhador não se deve a algo inerente ao homem pobre, uma moralização deficiente como para os ingleses, mas às contingências do seu cotidiano, que os fazem deslizar com rapidez da fraqueza física à impotência moral. Afinal, trata-se de homens submetidos ao estrito império da necessidade. Por isso critica os que se detêm na exterioridade da condição operária, que, temerosos com o que chamam de violência da multidão, buscam fórmulas para manter esses homens isolados. "Essa multidão não é má em si," afirma Michelet, "suas desordens derivam em grande parte de sua situação, de sua sujeição à ordem mecânica que para os corpos vivos é em si uma desordem, uma morte". A desconsideração para com a particularidade única de cada ser humano, e a indiferença da máquina perante o desgaste de suas engrenagens vivas completam-se com a faculdade de unir as forças dos homens sem unir seus corações, fazê-los agir e viver juntos sem se conhecerem e sem se amarem. Perdia-se nessa associação mecânica todo o poder moral da associação. A ordem e a força não demandam amor, mas sim vastos sistemas pessoais onde o homem se reduz a uma cifra.

Em suma, para Michelet, existe um descompasso que precisa ser desfeito; um estranho mistério que precisa ser resolvido: num tempo em que mais se trabalha em conjunto, os corações encontram-se dessunidos; num tempo em que os meios coletivos de divulgação e de circulação do pensamento encontram-se tão desenvolvidos, o isolamento é mais profundo. Dessa maneira, ele chega, por outro caminho — o isolamento dentro da própria cooperação no trabalho —, a uma conclusão próxima à de Buret: "O resultado disso não é a indiferença, mas a antipatia e o ódio, não a simples negação da sociedade,

mas seu contrário, a sociedade trabalhando ativamente para se tornar anti-social".

Seja a imagem de uma razão mecânica antinatural, portanto violentadora dos homens, seja a imagem da miséria permitida corroendo as bases da sociedade, é sempre a imagem de algo que gera e alimenta os germes de sua destruição. Uma sociedade se constituindo sob o domínio da produção industrial, alicerçada nos princípios do laissez-faire, que, além de gerar novos fenômenos, potencializa velhos problemas. De uns e dos outros não se tinha alcance, para os dois não se dispunha de solução.

É curioso observar como, reiteradamente, os pensadores franceses localizam a ameaça no campo político. Por volta da metade do século, após o movimento de 1848, são inúmeras as declarações que exprimem o temor causado pela existência de um contingente populacional novo e temível pelas suas proporções. Frases como "não há sociedade parisiense, não há parisienses, Paris é tão-somente um acampamento de nômades" e "a burguesia, ou melhor, o povo elevado à riqueza pela ordem e pelo trabalho está fadado a ser a vítima desses bárbaros... Embriagada pela desordem e pela carnificina, esta populaça, que o povo repele de si, sitia o poder" indicam a dificuldade em delimitar um campo específico para a pobreza fora da política. Tocqueville, que na introdução do seu livro *A Democracia na América* considera a França o país onde a grande *revolução social*, a *revolução democrática*, fez progressos mais rápidos, manifesta também sua apreen-

são quando imputa à "revolução industrial, que em 30 anos fez de Paris a primeira cidade manufatureira da França, o ter jogado para dentro dos muros da cidade um povo novo de trabalhadores que nem sempre está empregado e o ter incitado aos gozos materiais uma multidão cada vez mais inflamada pela sorrateira doença democrática da inveja" (*Souvenirs*).

Michelet explica essa progressão do medo como fruto da insegurança que caracteriza a *nova burguesia* (industrial), contrastando-a com a segurança da *antiga burguesia* de origem militar. "Que três homens estejam na rua a falar de salários, que eles peçam ao empresário enriquecido com o trabalho deles um centavo de aumento, e o burguês se assusta, grita e usa a força. Ao contrário da antiga burguesia, extasiada com seus privilégios que desejava estender, a nova olha para a multidão que sobe atrás dela, tal como ela um dia subiu, e se assusta e recua, protegendo-se junto ao poder. Liberal em seus princípios, egoísta na prática, ela não sabe o que quer." Prossegue dizendo que a maioria dos governantes tem especulado sobre esse medo da burguesia, assustando-a em relação ao povo, através da associação povo-terror-comunismo. Ou seja, o povo usado como ameaça política tem uma imagem cristalizada no passado — o Terror — e uma projeção no futuro — o Comunismo.

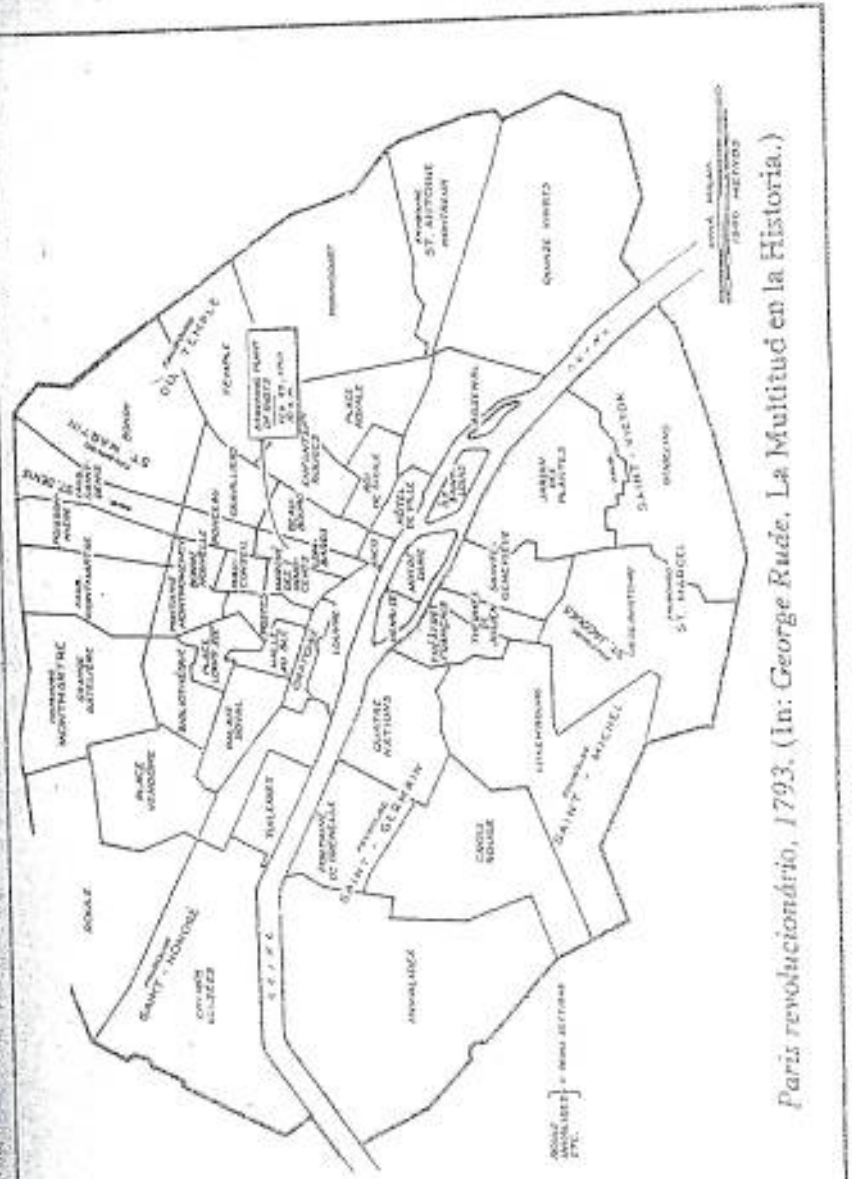
Parece evidente que, a despeito das divergências quanto à magnitude da relação entre trabalho, pobreza, crime, perigo social e ameaça política e quan-

141, 33

to às origens de cada termo da relação, essas várias vertentes do pensamento francês do século XIX se formam em torno de uma mesma imagem: a exposição pública do mundo do trabalho com suas misérias, a imensa massa anônima dos trabalhadores em multidão impondo através dessa presença a definição de um espaço social onde exige ter sua identidade reconhecida.

Diferentemente da Inglaterra, a elaboração de uma figura específica do trabalhador, diferenciada do genérico povo e contrastada com o vagabundo e o criminoso, se processa com dificuldade na França do século XIX. Se, para o dicionário da Academia Francesa, a palavra proletário era de origem romana e definia os que só serviam à República pelos filhos que geravam, dado não terem rendas e estarem isentos de impostos, para Frégier o conteúdo era moral, pois designava homens que, em vez de atenuarem a miséria pela poupança, se degradavam na ambição de se assemelharem aos ricos (L. Chevalier, 602).

Também a relação entre trabalho e salário, e entre salário e roubo, são bastante imprecisas. Thiers declara, em 1850, existirem vagabundos com salários consideráveis e vagabundos que por meios ilícitos ganham muito. Para ele, "são estes os homens que formam não o fundo, mas a parte perigosa das grandes aglomerações populacionais; são estes os homens que merecem este título, um dos mais degradados da história, o título de multidão. A vil multidão que perdeu todas as Repúblicas". É o movimento da multidão o que mais o assusta, a impossibilidade de



Paris revolucionário, 1793. (In: *George Rude*, La Multitud en la Historia.)

localizá-la. E seu recurso para excluí-la, para isolá-la do povo, é a lei (L. Chevalier, 603). Também a Haussmann assusta o movimento constante da multidão, considerada por ele "uma turba de nômades que, na melhor das hipóteses, buscá a grande cidade para encontrar um trabalho mais ou menos regular, com a única intenção de voltar o mais rápido possível ao lugar de origem". Esse prefeito de Paris, responsável pelas grandes reformas na cidade durante o Segundo Império, afirma mesmo que "Paris pertence à França e não aos parisienses de nascimento ou de escolha que a habitam, sobretudo a população flutuante das casas de aluguel". A solução de Haussmann — atuar sobre as coisas, sobre a dimensão física da cidade, já que os homens compunham uma realidade intangível — é vitoriosa na França, sendo também aplaudida pelos reformadores sociais de toda a Europa.

Até certo ponto, a imprecisão terminológica que prevalece ainda no final do século, momento em que a noção de pauperismo predomina entre os franceses letrados, parece expressar a difícil elaboração de uma identidade social para o trabalho. E isso apesar de a presença do trabalhador nas ruas, nos seus ofícios, nos lugares de diversão e nas barricadas ser minuciosamente anotada por pintores, desenhistas, escritores, pesquisadores e reformadores sociais. Victor Hugo é um deles. Em *Os miseráveis*, o mundo do trabalho, da vagabundagem e do crime se misturam por trás das barricadas; nas ruas do mais famoso bairro operário de Paris, o faubourg Santo Antônio,

germina o povo francês no que tem de mais autêntico, germina também a revolução, constitui mesmo um ponto de referência para a avaliação da temperatura política e insurrecional da cidade. Aliás, Michelet atribui ao excesso de zelo desses senhores das letras a péssima imagem que se tinha do homem do povo francês. "Os nobres escritores de gênio aristocrático, que sempre haviam pintado os costumes das classes altas," diz ele, "um dia se lembraram do povo e em sua benévola intenção se propuseram a pôr o povo na moda. Saíram dos seus salões, desceram à rua e perguntaram aos transeuntes onde o povo morava. Indicaram-lhe as instituições de trabalhos forçados, as prisões, os lugares ruins. Deste mal-entendido resultou o oposto do que buscavam: queriam nos interessar pelo povo e conseguiram nos assustar e nos afastar."

Contudo, na sua intenção de desfazer equívocos, Michelet nos desconcerta. Primeiro diz que os criminalistas, os economistas e os pintores de costumes se ocuparam equivocadamente só desse *povo excepcional*; em seguida, reconhece ser dele, da *multidão das cidades*, da *classe industrial*, que saem os perigosos heróis dessa *outra sociedade*; para finalizar dizendo que a confusão reinante na errônea designação do *povo* é fruto do trabalho dos criminalistas, que por tratatem com "a parte excepcional do povo, esta multidão corrompida das grandes cidades, dominaram a opinião pública e por inspiração sua os economistas estudaram o que esses criminalistas denominavam povo: o trabalhador e muito especialmente o

trabalhador das manufaturas". Se com esse *explicação*, Michelet logra desfazer a má imagem do *povo francês*, que para ele é composto da quase totalidade dos habitantes do país (camponeses, operários das mais diversas categorias, empresários, comerciantes, funcionários e burgueses compõem seu amplo painel classificatório do homem francês), com ela também faz o retorno à velha associação trabalho-pobreza-crime.

No entanto, seu intuito principal é conseguir demonstrar o perigoso erro dos que consideram burguesia e povo classes antagônicas; demonstrar que só após superada a idéia de *duas nações dentro da nação* poderia a burguesia livrar-se do seu medo paralisante; demonstrar que a nação, algo que transcende os homens, é o que importa para um país rural como a França. Nesse momento, a imagem do trabalhador subjugado à máquina se reduz a uma pequena parcela da população francesa, e a oposição burguesia/povo só teria sentido num país como a Inglaterra, onde "a população industrial perfaz 2/3 do total". Reaparece a referência inglesa e, a partir dela, se define a peculiaridade da França; é a partir dela que também se desenha estrategicamente uma projeção futura passível de ser evitada.

Na verdade, a França se industrializa lentamente durante todo o século XIX. Michelle Perrot afirma mesmo que o patrão francês pouco se interessou por máquinas enquanto foi possível contar com mão-de-obra barata e passiva. Em seu artigo *Ouvriers et machines au XIXe siècle*, mapeia a indústria francesa mostrando a estreita relação entre a introdução da máquina e a participação política do operário: a impressora mecânica, por exemplo, tem sua entrada nas empresas gráficas parisienses intimamente relacionada à resistência do trabalhador a fazer mais do que três dias de jornada por semana e à sua presença nas legiões revolucionárias de 1830. Assim, a afirmação de Michelet da particularidade da França é confirmada por historiadores atuais que, como Phillippe Ariès, indicam o predomínio das atividades rurais no decurso do século. Enquanto a Inglaterra de 1850 tem 50% da sua população nas cidades, na França 75% da população encontra-se no campo dedicando-se à agricultura. Essa proporção, que na Inglaterra se altera significativamente para 35% no campo em 1871, na França só logra baixar para 69% (P. Ariès, *Populations anglaise et française du XVIIIe au XXe siècles*). Também a urbanização se desenvolve mais lentamente na França; em 1911, ela corresponde a algo menos do que já existia na Inglaterra em 1860.

Os altos salários e as reivindicações dos operários urbanos, "turbulentos e preguiçosos", fazem com que muitas manufaturas se instalem na área rural. Paris sobretudo sofre entre 1815 e 1820 um êxodo das sua fábricas maiores. As indústrias de bens de produção, as fundições, as fábricas de tecido e as usinas de açúcar, que haviam se instalado nas suas proximidades, afastam-se durante o Primeiro Império em virtude da especulação imobiliária, em busca de terrenos baratos e próximos à matéria-

prima, às fontes de energia, às vias de comunicação e à mão-de-obra abundante no campo. Em menor grau, a cidade de Lião também perde suas indústrias, principalmente no período imediatamente posterior às insurreições de 1832 e 1834. Instaura-se, dessa maneira, uma divisão de trabalho entre as cidades e os centros secundários; as grandes cidades conservam as indústrias altamente especializadas (M. Perrot).

Áriès analisa as atividades industriais em Paris usando uma pesquisa efetuada pela Câmara de Comércio num momento de crise econômica, os anos de 1847 e 1848; agrupa-as em cinco especializações mostrando serem elas quase todas indústrias de consumo de caráter artesanal. Mostra também que os pesquisadores iam, em suas preocupações, muito além da mera contagem do operariado parisiense.

A indústria do vestuário concentra a maior parte da população industrial: 90 000 operários e 30 000 artesãos (patrões). Os operários desse ramo, mais os chapeleiros, os artesãos que trabalham o bronze e os impressores (considerados a elite do operariado parisiense) formam o contigente mais avançado; são instruídos, reivindicativos, e têm organizações sindicais. A maioria é proprietária de sua moradia, somente 30% habita em casas de aluguel. "Os alfaiates", completa o pesquisador, "estiveram implicados em processos políticos num número que ultrapassa os implicados de todas as outras categorias reunidas."

Em segundo e terceiro lugares vêm as indústrias da construção e do mobiliário, com 45 000 e 42 000

pessoas, respectivamente, ocupando assim 22% de toda a população industrial. Este grupo se desenvolve principalmente sob a Monarquia de Julho (1830—1848), correspondendo a uma expansão das construções consecutiva ao grande aumento demográfico. Os marceneiros ("ébénistes") constituem a aristocracia desse grupo: somente 22% moram em casas de aluguel. Entre eles há muitos estrangeiros, particularmente alemães. Os pesquisadores anotam também os conflitos resultantes dessa imigração de número bastante considerável em 1848, o que obriga os patrões a comporem suas oficinas com trabalhadores de uma só nacionalidade. Os pedreiros, tanto como os carpinteiros, são trabalhadores não qualificados, na sua maioria provenientes das áreas rurais. Moram quase todos em casas alugadas das ruelas estreitas da velha Paris, amontoados em 2 ou 3 num mesmo leito, com 4 ou 5 camas em cada quarto. São rústicos, mais de 1/3 é analfabeto, e permanecem só por alguns anos em Paris.

Os "artigos de Paris" vêm em quarto lugar, ocupando 42 000 pessoas. É um grupo constituído por artesãos e operários que fabricam flores artificiais, mesas de jogo, estojos de costura, objetos de osso, cabos de guarda-chuva, leques, luvas e relógios. Trata-se de indústrias de artigos de luxo, atividade tradicional já antes da Revolução de 1789. O quinto grupo está também vinculado a uma indústria de caráter artesanal: passamanarias, acabamentos para vestuário em geral, lavanderia, especialistas em produtos de luxo ou semiluxo, enfim. A última parte da popu-

lação industrial se reparte entre a quinquilharia (com o expressivo número de 28 000 pessoas), as indústrias alimentares, químicas e cerâmica, os trabalhos em cobre e metais preciosos, a impressão e a produção de carroçarias.

Em 1906, a ordem das indústrias, classificadas segundo o grupo de operários, permanece a mesma de 1847-48. O ramo do vestuário se mantém na dianteira com 25 000 pessoas, seguido ainda pela construção civil e pelas indústrias da madeira; depois vêm os fios e tecidos (160 000 pessoas na indústria têxtil, de rendas, de bordados, de lingerie e de roupa branca). Os famosos "artigos de Paris", entretanto, estão quase sendo ultrapassados pela indústria de máquinas, indicando assim uma modificação importante, o crescimento das indústrias de bens de produção. No conjunto, porém, a ordem das indústrias não se modifica nesse meio século, e é ainda a fabricação de bens de consumo o que ocupa a maioria dos trabalhadores parisienses, artesãos em muito semelhantes aos que participam da Comuna de 1871.

A estrutura industrial de Paris permanece a mesma no decorrer do século em que a Inglaterra se transforma por completo. Ainda assim, os franceses se assustam diante do crescimento populacional da cidade. De menos de 600 000 habitantes na época da Revolução de 1789 e 714 596 habitantes no final do Primeiro Império, Paris atinge 1 226 980 habitantes em 1851, e quinze anos depois tem uma população de 1 823 000 habitantes. Aumento expressivo e alarmante se for levado em conta ter até 1850 o desenho

urbano da cidade permanecido inalterado. Embora tenha o velho centro sido abandonado pela burguesia, que se transfere aos poucos para o lado oeste, este deslocamento foi unicamente de residência, pois a velha Paris medieval continuou a abrigar em seus bairros os negócios desses homens.

Na metade do século, após uma epidemia de cólera, vários documentos administrativos municipais são unânimes ao considerar o crescimento desmesurado e caótico da cidade e de sua população como causa das péssimas condições de moradia na parte antiga de Paris. Um observador em 1849 assim descreve a cidade vista do alto de Montmartre: "um amontoado de casas desalinhadas encimado por um céu sempre nebuloso, mesmo nos dias mais belos. Somos tomados de um medo súbito, hesitamos em penetrar neste vasto dédalo onde já se acotovelam mais de um milhão de homens, onde o ar viciado de exalações insalubres eleva-se, formando uma nuvem infecta que basta para obscurecer o sol quase por completo. A maioria das ruas desta maravilhosa Paris são na verdade tão-somente condutos sujos e sempre úmidos de água pestilenta. Fechadas entre duas fileiras de casas, o sol jamais desce até elas. Uma multidão pálida e doentia transita continuamente por elas, os pés nas águas que escorrem, o nariz no ar infecto e os olhos atingidos a cada esquina pela mais repulsiva sujeira. Nessas ruas moram os trabalhadores mais abastados. Também existem ruelas que não permitem a passagem de dois homens juntos, verdadeiras cloacas de imundícies e de lama onde

uma população enfraquecida respira cotidianamente a morte. São elas as ruas ainda intactas da antiga Paris. A cólera flagelou-as bastante em sua passagem..." (Chevalier, 279).

Opiniões semelhantes expõem as más condições da cidade, considerada por uma "uma imensa fábrica de putrefação, onde nem as plantas sobrevivem"; outros se detêm nos bairros operários "sombrios e isolados, desconhecidos até de nome pelos habitantes dos bairros ricos, onde os ladrões germinam", e advertem que os últimos, "instigados pelo sucesso de suas investidas, aproximam-se cada vez mais dos nossos bairros" (Chevalier, 612).

Como em Londres, os homens se deterioram nesses bairros ruins de Paris, sofrendo mesmo, no entender dos contemporâneos, um processo de degeneração biológica que atinge sua população no intervalo de duas ou três gerações. Até certo ponto, para alguns observadores, essa deterioração parece extensiva a todos os habitantes da cidade. Essa é, por exemplo, a opinião de Balzac: "Um dos espetáculos mais assustadores que existem é certamente aquele oferecido pelo aspecto geral da população parisiense, povo horrível de se ver, macilento, amarelo, curtido. Umas poucas observações sobre a alma de Paris bastam para explicar as causas de sua fisionomia cadavérica que só tem duas idades: ou a juventude baça e sem cor, ou a velhice dissimulada na intenção de parecer jovem. Poucas palavras serão suficientes para justificar fisiologicamente a cor quase infernal das figuras parisienses, pois não é somente por brincadeira que Paris foi chamada de inferno" (Chevalier, 631).

O HOMEM POBRE E O VAGABUNDO

> As leis que provêm o socorro dos pobres tendem a destruir a harmonia e a beleza, a ordem e a simetria desse sistema que Deus e a natureza estabeleceram no mundo.
>
> Rev. J. Townsend

Na Inglaterra, o antigo medo da multidão amotinada — da *mob* — ganha uma dimensão totalmente nova no século XIX. Mesmo os apologistas do sistema industrial, defensores das grandes cidades, das grandes fábricas e das grandes escolas, não conseguem deixar de expressar sua apreensão ante essas concentrações humanas, e chegam mesmo a prognosticar, não muito otimisticamente, que "as massas, tal como a lenta e gradual expansão do oceano, deverão arrastar consigo toda a sociedade". Contrastando com a antiga *mob*, cuja existência só se concretizava em momentos excepcionais e por problemas específicos, sendo quase sempre reprimida com rapidez pela força, as grandes concentrações humanas das fábricas e das cidades configuram uma realidade permanente e em constante expansão.

Embora se admita a efetividade da indústria moderna, essa aceitação está muito longe de ser tranqüila. Cooke Taylor, um entusiasta do sistema industrial, afirma que "quando um estranho passa através das massas de seres humanos que se acumulam em redor das fábricas (nas populosas áreas industriais do norte do país) é de todo impossível que veja esses enormes enxames de gente sem sentimentos de ansiedade e de apreensão que podem levá-lo até quase ao desmaio. A população cresce a olhos vistos, tanto em extensão quanto em força. Trata-se de um agregado de massas e, a nosso ver, elas expressam algo portentoso e apavorante" (Briggs, 61).

As apreensões motivadas pela existência incontornável das multidões deixam, no decorrer do século, de se referir com exclusividade a Londres, embora esta cidade mantenha a imagem do perigo maior. Para o inglês, orgulhoso de seu progresso e do crescimento econômico do vasto Império Britânico, divisar por entre "as grandezas de sua civilização" a ameaça latente dos bolsões de miséria que resistem ao apelo moralizador do trabalho constitui o diagnóstico de um "tumor", algo a ser arrancado do corpo da sociedade. Por contágio, essa doença ameaçava espalhar-se com uma rapidez tanto maior quanto menos tivessem as pessoas absorvido os padrões de

vida considerados civilizados.

Esta é uma sociedade que se institui sobre o pressuposto da *positividade do trabalho*. Afinal, são John Locke e Adam Smith que desfazem a imagem negativa do trabalho como patrimônio da pobreza, como fardo exclusivo dos que não possuem propriedade, e o definem como fonte de toda a atividade criadora e da riqueza. Daí, os que se recusam a participar dessa comunidade de trabalhadores aparecerem como figuras exteriores a ela, como estranhos ao pacto constitutivo do social e da sua história. A metáfora dos selvagens que agridem a sociedade recobre homens que, embora disponham dos atributos essenciais ao trabalho, permanecem fora dela por se negarem a ir ao mercado dispor, trocar ou alienar por um salário a única mercadoria que possuem, o próprio corpo.

Entretanto, em uma sociedade que se autococebe como *uma rede de relações mercantis*, o que assegura o direito à vida aos homens que, não sendo incapazes físicos ou mentais, nem muito crianças, só dispõem do próprio corpo como mercadoria, além da caridade? Esses homens só podem representar um ônus econômico, pois seja por doação, seja pelo roubo, é sempre a apropriação do trabalho de outros homens o que lhes permite ter a vida assegurada. E, mais ainda, eles configuram um ônus vital, à medida que seu descaso para com a atividade do trabalho, base da própria vida, representa uma ameaça potencial de extinção da sociedade, pois interrompe o processo de reprodução biológica. A fertilidade, a criação da vida, se efetiva através da apropriação das coisas necessárias à própria sobrevivência, donde, como afirma Hannah Arendt, "não existir atividade mais imediatamente ligada à vida do que o trabalho" (*La condición humana*, cap. 3).

Se a satisfação das necessidades físicas imediatas se põe de forma imperativa aos homens, o que fazer com aqueles que se negam a obedecer a essa lei da natureza através do trabalho?

Nos textos ingleses do século XIX, a diferenciação entre os que têm direito à sobrevivência porque trabalham e os que são simplesmente mantidos vivos por condescendência da sociedade é muito nítida. A classe trabalhadora se localiza dentro dos limites da sociedade, conquanto esteja ainda num nível de moralidade bem abaixo daquele das classes altas; os vagabundos estão fora dela por se recusarem ao trabalho. A questão é como trazê-los para dentro, como fazê-los ingressar no social. Ou, no extremo oposto, como se livrar deles quando sua absorção se torna impossível. Nos dois casos o problema é o mesmo: quais as estratégias eficazes para eliminar os bolsões de miséria incrustados no social? Outro é o problema posto pela multidão amotinada. Essa multidão assusta por nela se confundirem classe trabalhadora e vagabundos, unidos numa atitude de franca agressão à sociedade. Como explicar essa desconcertante aliança?

Do problema dos que não trabalham ou dos que estão circunstancialmente sem trabalhar, os ingleses vêm tratando desde o século XVI, através de disposi-

tivos legais denominados por Marx *a legislação sanguinária contra os expropriados*. Essa legislação, que cresce em severidade no decorrer do século, define de forma clara os incapacitados, aos quais se permite viver da caridade, e os vagabundos; estes, após sofrerem duras punições físicas, deveriam encontrar um trabalho. Em outras palavras, a fundação da sociedade exige também a definição de suas normas reguladoras, o direito.

Entretanto, é necessário esclarecer desde já que essas normas dispostas em leis não constituem preocupação exclusiva do poder político inglês nem uma imposição despótica sua. A idéia da necessidade impositiva do trabalho e de dispositivos penais para os que não se submetessem a ela percorre a sociedade de ponta a ponta. Mesmo grupos contestadores como os "quakers" tinham idéias definidas sobre como acabar com a pobreza desempregada, chegando a propor em 1660 uma Bolsa de Trabalho, muito semelhante à moderna agência de empregos. Segundo Karl Polanyi, essa proposta expressa no "Apelo ao Parlamento relativo aos pobres, para que não haja mendigos na Inglaterra", era mais avançada, no sentido da formação de um mercado de trabalho assalariado, do que o dispositivo governamental da Lei de Fixação (Act of Settlement) de 1662, pois ao contrário da Lei não fixava o desempregado ao seu local de origem. A inteção de fazer os pobres trabalharem o suficiente para que retirado o seu sustento restasse ainda um quantum para a comunidade, ou seja, de tornar a pobreza rentável, é explícita na organização

da "Bristol Corporation for the Poor" de John Cary e na proposta dos "Colleges of Industry" de John Bellers, ambas formuladas ainda no século XVIII (*A grande transformação*, cap. 9).

A mesma intenção se encontra no sistema de imposto do trabalho, proposto por Locke em 1966, no qual se obrigava os pobres de uma localidade a se submeterem aos contribuintes de forma a trabalharem proporcionalmente ao imposto pago por eles. A clara determinação de tornar o pobre um homem produtivo passa em Locke pelos diretores de asilos, que deveriam transformar seus estabelecimentos em manufaturas, e pelas autoridades locais (juízes de paz), incitadas a criar estabelecimentos de trabalho forçado nas suas paróquias, atingindo até as crianças de mais de três anos, filhos de desempregados, que deveriam trabalhar para prover o seu sustento, a fim de não serem "uma carga para a nação" (Macpherson, *A teoria política do individualismo possessivo*, cap. 5).

Essa intenção una — constranger ao trabalho — parte de um pressuposto básico: "Os homens, uma vez nascidos, têm direito à sua conservação e, conseqüentemente, a comer e a beber e a outras coisas semelhantes que a natureza lhes dá para a sua subsistência". O preceito, ditado pela razão e pelas Escrituras Divinas, de que a terra e seus frutos foram originariamente dados em comum à espécie humana e daí todos terem direito à vida, constitui argumento poderoso para os que, como Locke e seus contemporâneos ingleses, consideram a sociedade como produtora de vida.

A união de homens que se submetem a um *governo* para salvaguardar sua *propriedade*, ou seja, a vida, a liberdade e a riqueza de que desfrutam já no estado de natureza, por uma lei natural, refere-se justamente à atividade de apropriação necessária à *preservação da vida*. Decorre disso o direito de cada homem conservar sua vida por meio da apropriação dos produtos naturais da terra e ser a atividade de apropriação, o *trabalho*, considerado a fonte da propriedade, da riqueza, de todos os valores e, principalmente, da própria humanidade. E, dado que o homem tem a propriedade de sua própria pessoa, a labuta de seu corpo e o trabalho de suas mãos são propriamente seus; são necessários para a reprodução de sua própria vida.

Assim, a partir de dois postulados — que os homens têm direito à vida e que o trabalho de um homem é propriedade sua —, justifica Locke a apropriação individual do produto da terra, doada por Deus para a humanidade em comum. E mais, como todo homem tem a propriedade de sua própria pessoa, que ninguém mais tem direito a ela, o trabalho que seu corpo executa é também propriedade sua. É exatamente aqui, na concepção burguesa da propriedade, que se torna possível o trabalho assalariado: ao homem é dado o direito de usufruir e de usar seu próprio corpo, mas também lhe é dado, por essa concepção ampla de propriedade, o direito de dele dispor, trocar ou alienar. Em suma, sendo o trabalho de um homem propriedade sua, pode ele vendê-lo livremente em troca de salários. Portanto, o que

constitui qualquer homem em *sociedade*, tenha ele bens além de sua pessoa ou não, é a sua *participação no mercado*.

Fica dessa maneira muito claro em Locke que o acordo para entrar na *sociedade civil* não cria direitos novos, simplesmente os homens cedem à autoridade civil os poderes que trazem do estado de natureza, para que esses direitos naturais sejam protegidos. Daí o *governo* estar limitado a fazer cumprir os direitos naturais e ser compreensível os homens entrarem para a sociedade com propriedades desiguais, dado serem o fruto da apropriação individual.

Por meio desse artifício, a apropriação individual de bens, Locke explica a constituição da sociedade por partes desiguais. Dessa sociedade, a classe trabalhadora — os pobres — é uma parte específica e necessária. Em sua fileiras estão incluídos tanto os pobres trabalhadores como os pobres vadios, quer dizer, todos os que dependem de um emprego, da caridade ou do asilo para viver, por carecerem de outra propriedade além do seu corpo. Por só possuírem a propriedade do seu corpo, todos os homens dessa classe estão obrigados a trabalhar; a vadiagem e o desemprego não têm, nessa sociedade, justificativa econômica, mas se deve à degradação moral, em outras palavras, ao relaxamento da disciplina e à corrupção dos costumes.

Os *assalariados*, Locke os considera uma classe normal e mensurável dentro da nação: pessoas que por não terem nenhuma propriedade além do corpo, dependem completamente do salário e se acham, por

decorrência, no nível da mera subsistência. Desse novo artifício — ser o quinhão do trabalhador raramente superior ao necessário para se manter vivo — o pensador inglês deduz ser impossível que dentre essa classe exista um grupo de homens que disponha de tempo e de oportunidade para elevar seus pensamentos ou então para lutar junto aos ricos por seus interesses, *salvo* quando uma calamidade os une, fazendo-os esquecer o respeito que devem à sociedade e pondo-os a perseguir o que desejam até pelo uso da força. Essas situações são, contudo, consideradas excepcionais, ocorrendo com mais freqüência quando o governo é negligente e descuidado.

O uso da força é compreensível, dado que os homens dessa classe têm um *nível mental baixo*; por fazerem pouco uso do pensamento, são *incapazes de pensar ou atuar politicamente*, atividade que exige uma vida plenamente racional. Nas palavras de Locke: "quando a mão se emprega no manejo do arado e da enxada, a cabeça raramente se eleva para idéias sublimes ou se exercita em raciocínios misteriosos". Daí não ser difícil concluir ser a classe trabalhadora incapaz de seguir uma *ética racionalista*. Por isso, o único tipo de ação política que empreende fica restrito à *insurreição armada*; o direito à revolução é nele a única prova efetiva de cidadania, pois não consegue imaginar nenhum outro método para derrubar um governo não desejado. Locke afasta ainda essa ameaça. Ou seja, a insurreição armada na prática está fora de cogitação, pois, não sendo a classe trabalhadora capaz de uma ação política racional, não se encontra em condições de tomar a *decisão racional* que leva à revolução.

Aqui o raciocínio se completa, e fica esclarecido como os membros da classe trabalhadora, apesar de fazerem parte da sociedade, não participam do seu corpo político, nem têm título algum para tanto. Nesse contexto, a situação dos vadios sem emprego é muito pior: não são membros livres da sociedade e nem participam da comunidade política, o que de forma alguma os dispensa de estarem submetidos ao poder político do Estado, que por sua vez está plenamente autorizado a constrangê-los ao trabalho, pela simples e definitiva razão de não pautarem suas vidas segundo os critérios morais exigidos dos homens racionais. Quanto à plena racionalidade ser um privilégio de uma minoria, Locke não deixa lugar para dúvidas. Considera mesmo a maior parte do gênero humano destinada a trabalhar e a comerciar, não lhe sobrando assim tempo para o estudo e para o encadeamento lógico do pensamento; por viverem agarrados às necessidades vitais do dia-a-dia, são incapazes de qualquer antevisão, de qualquer previsão.

Sua reiterada ênfase na necessidade de induzir a classe trabalhadora à obediência mediante prêmios e castigos divinos desfaz qualquer possibilidade de alocá-la entre os seres capazes de viver uma vida racional. Na verdade, um leve matiz a diferencia dos pobres folgazãos; estes são *depravados* e como tal escolhem não trabalhar. Para formular essas considerações Locke se apóia nos pressupostos do individualismo puritano, que considerava a pobreza uma

demonstração de deficiência moral; os pobres mereciam ajuda, mas essa era dada de uma posição moral superior. Objeto de solicitude, de piedade e de escárnio, às vezes até de temor, os pobres não estão em condições de pertencer como membros de pleno direito de uma comunidade moral, o que, vale a pena lembrar, não os livra de estarem submetidos a ela e às suas leis. Estão na sociedade moral, civil, mas dela só participam com o trabalho. A doutrina puritana dos eleitos — "muitos serão os chamados, mas poucos serão os escolhidos" — suporta tal concepção.

Os tratadistas da economia política, posteriores à Revolução Gloriosa de 1688, aceitaram a concepção puritana dos pobres. O envilecimento moral da classe trabalhadora é em seus escritos um tema constante. Os membros da classe trabalhadora não são considerados cidadãos, mas sim um conjunto de força de trabalho potencial ou real, disponível para os objetivos da nação. Eles admitem serem os trabalhadores pobres, em última instância, a fonte de riqueza de toda a nação, mas disso eles deduzem a necessidade de incitá-los e obrigá-los a trabalhar continuamente.

Assim, os homens que, na sociedade inglesa dos séculos XVII, XVIII e XIX, vivem do trabalho de seu corpo são considerados membros diferenciados e inferiores dela; estão obrigados ao trabalho, mas se encontram apartados da política. Sua racionalidade incompleta e sua incapacidade de obter renda superior às suas necessidades vitais impedem-nos de estar em condições de ser contribuintes, de sustentar o

governo e, decorrentemente, de ter qualquer participação política. Nas palavras de Macpherson, "a visão do Estado em Locke, constituído como uma sociedade anônima cujos acionistas são os proprietários, teve bastante aceitação". Possibilitou diferenciar a propriedade do corpo das outras formas de propriedade e localizar o trabalhador dentro da sociedade mas fora da comunidade política. Essa localização do trabalho constitui elemento indispensável para a organização do espaço público na Inglaterra. A imagem pública do trabalho relaciona-se especificamente com o mercado, não vem colada à imagem do cidadão politicamente ativo.

Mais problemática é a situação daqueles que transgridem a lei natural — não trabalham para prover sua própria subsistência, não têm, portanto, lugar no mercado —, estando dessa maneira fora da sociedade racional. Sobre eles o julgamento de Locke é explícito: são perigosos para a humanidade. Um homem que transgride a lei natural, nas suas palavras, "se torna degenerado, se declara afastado dos princípios da natureza humana e se converte numa criatura daninha". Esta é a imagem do estado de guerra, que no limite se efetiva no movimento da *mob* e no perigo da revolução. Para a sociedade constituída, o estado de guerra significa todos os que em rebelião querem a dissolução do governo.

À concepção da *sociedade mercantil do trabalho* do século XVII, onde todos estão obrigados a trabalhar para sua própria subsistência, devendo ainda produzir algo mais para a comunidade, Adam Smith

acrescenta que a sociedade se organiza sob a determinação de um *sistema de trabalho*. O princípio da divisão do trabalho se institui como núcleo de uma preocupação com o crescimento da riqueza, ou seja, da *produtividade* do trabalho. As imagens diferenciadas da sociedade primitiva e da sociedade mais evoluída se fundam sobre esse princípio: a maior produtividade pressupõe a especialização do trabalho, e a especialização exige a divisão entre vários homens daquilo que anteriormente fora produzido por um só. Essa especialização, que tem seus começos na separação entre trabalho agrícola e trabalho industrial, dissemina-se depois entre os ramos da produção industrial em particular e chega, no seu estágio mais avançado, a ordenar a atividade geral da sociedade. A. Smith sobrepõe à imagem de Locke, da sociedade como uma rede de relações mercantis, a imagem de uma sociedade tecida por inúmeros trabalhos diferenciados.

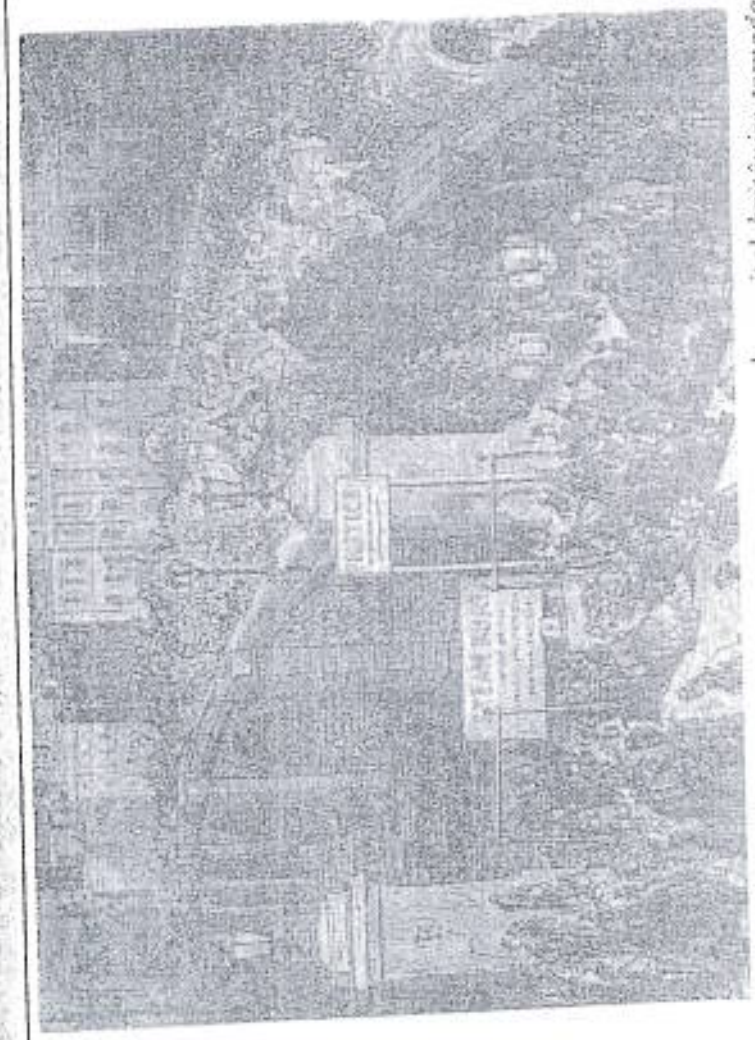
Se a divisão do trabalho é o marco organizador de todas as atividades produtivas na sociedade, a expressão dela acaba sendo uma interação de trocas substanciais entre vários subconjuntos de trabalhos especializados. Aquilo que em Locke se encontra disperso, o próprio trabalho, em Smith está concentrado; a própria noção de *sistema* induz à idéia de *concentração do trabalho*. Portanto, a novidade de Smith radica na certeza de que a criação da riqueza está indissociavelmente ligada ao processo de concentração. Daí a manufatura ser a expressão definitiva do desencadeamento de um processo irreversível,

no qual o trabalho perde todas e quaisquer características individuais. A organização coletiva do trabalho passa a ser o imperativo constrangedor para toda a sociedade. O deslocamento efetuado por Smith na noção de trabalho vai de uma responsabilidade de cada um, individual portanto, para uma responsabilidade de todos, coletiva. De Locke a Smith ocorre não só uma confirmação da positividade do trabalho, mas também a afirmação da positividade da concentração do trabalho.

Assim, desde o século XVIII é possível distinguir o ajuntamento de homens numa multidão — a *mob* — e a concentração organizada de homens no sistema de produção. Para além da disciplinarização e da moralização dos homens submetidos ao trabalho no sistema de fábrica, o aspecto coletivo do trabalho organizado potencializa o poder produtivo da sociedade. Nesse momento, na Inglaterra já existe uma clara diferença entre a multidão organizada e a multidão desorganizada, e esse divisor de águas — homens no trabalho e homens fora do trabalho — constitui o cerne daquilo que se nomeia o social. Nesse contexto a crença desmesurada no trabalho organizado faz com que a presença da *mob* seja vista de forma incidental, a tal ponto que a pobreza dentro dos princípios do laissez-faire se transforma num obstáculo a ser superado pela absorção dos pobres ao mundo do trabalho. Prevalece ainda, em pleno início do século XIX, a concepção da excepcionalidade da resistência ao trabalho. Daí ser o grande problema da sociedade inglesa desse período a avaliação dos

custos humanos da experiência do sistema de fábrica.

A *questão inglesa* (The condition of England Question) é formulada num contexto fortemente penetrado pela concepção de progresso identificado a um movimento em direção a um estágio estacionário e pela teoria da população de Malthus. Os relatórios sobre o crescimento econômico e financeiro da Grã-Bretanha foram elaborados com base na crença da neutralidade e objetividade dos números, ou seja, com "bem autenticados fatos". Nesses relatórios pouco espaço era dedicado ao que se denominava progresso moral. Em 1847, um estatístico da Câmara de Comércio (George Richardson Porter) reedita seu livro *Progress of the nation*, onde demonstra através de cifras o crescimento sem precedentes do Império nos primeiros quarenta anos do século. O predomínio dessa avaliação otimista só se viu ameaçado pela depressão dos anos de 1837 a 1842, considerado o pior momento do século. A fome dos anos quarenta — "The Hungry Forties", como ficou conhecida — foi marcada pelo término do crescimento acelerado das ferrovias, pela estagnação das indústrias inglesas, pelo nível de desemprego muito alto e pelo alto preço dos produtos de subsistência. A Great Exhibition de 1851 (Grande Exposição), momento em que a burguesia inglesa inaugura a idéia de propaganda da indústria, assinala também a volta da crença no progresso material extensível a todos os habitantes do país (Harrison, *Early Victorian Britain*, 1832-1851).



Gravura de 1875, de Gustave Doré, mostra as ruas da capital britânica tomadas pela multidão. (In: Jean-Baptiste Duroselle e Pierre Gerbet, Histoire.)

Contudo, se a superação dos *Hungry Forties* confirmava as crises como períodos de desequilíbrio temporário, portanto, superáveis, o grande número de pessoas desenraizadas, deslocando-se para novos lugares, iniciando-se num trabalho diferente, submetidas a períodos de desemprego, e também o número inusitado de pessoas envolvidas em movimentos de protesto fizeram com que os contemporâneos se preocupassem com algo que consideraram permanente — o *problema social*. Relacionado diretamente ao que denominavam "estágio industrial", o problema social, ou a *questão inglesa*, colocava indagações relativas à natureza das transformações inerentes à industrialização.

Os vários diagnósticos da *questão inglesa*, independentemente de desembocarem numa avaliação otimista ou pessimista, definem a concentração populacional, as grandes cidades, o sistema de fábrica e a Lei dos Pobres como elementos constitutivos do "novo mundo industrial". Em todos os debates, a visível concentração humana nas cidades e nas fábricas suporta a opinião predominante sobre o poder multiplicador das multidões, confirmando dessa maneira Smith. Engels, em 1844, também expressa de forma cabal essa opinião: "Esse enorme aglomerado de população num único lugar multiplicou por cem o poder econômico dos dois e meio milhões de habitantes aqui (Londres) concentrados".

O aspecto negativo ou ameaçador dessa concentração é que começa a ser avaliado. Em observações feitas no final do século XVIII, a hostilidade perante

as novas fábricas têxteis de grandes dimensões tem ainda um conteúdo conservador: "Todo o vale está alterado com o repicar do sino, com o ruído das máquinas; só se fala de traição e de sistemas igualitários; a rebelião pode estar próxima. O povo, é verdade, encontra-se empregado, porém essas pessoas se deixaram levar pelos vícios que decorrem do amontoamento" (Thompson, *La formación histórica de la clase obrera*, vol. 2, 9).

O mesmo viés apreensivo, contudo, persiste quase meio século depois em avaliações que consideram o sistema de fábrica "um fait accompli", algo que existe e deve continuar existindo, algo que não pode ser eliminado porque milhões de seres humanos dependem dele para o pão de cada dia: "quando um estranho passa entre as massas de seres humanos que se concentram em torno das fábricas, não pode contemplar essas colmeias agitadas sem sentir ansiedade e apreensão. A população, tal como o sistema a que pertence, é nova e aumenta constantemente; é um agregado de massas potente e temível. Nessas massas dormem energias poderosas... A população das manufaturas não é nova só em sua formação; é nova também em seus costumes e hábitos de pensamento e ação, formados pelas circunstâncias de sua condição, com pouca instrução e menos ainda orientação" (idem, 10/11).

As dimensões da novidade são em si assustadoras: "O sistema de fábrica é uma criação moderna; a história não pode lançar luz sobre sua natureza, dado que apenas começa a reconhecer sua exis-

tência; a filosofia das escolas poucos subsídios oferece para a avaliação de seus resultados, porque o poder inovador de força tão imensa nunca poderia ter sido antevisto" (Harrison, *Early victorian Britain*, 39-40).

Ao desconhecimento soma-se a apreensão que vai desde o medo ante o *poder* imprevisível das concentrações de homens até as conseqüências igualmente temíveis para a própria condição humana do trabalhador. Nas palavras de um observador em visita a Leeds em 1841, "as várias marcas que tornam reconhecidas uma cidade industrial são: a miserável, a atrofiada, a decrépita e freqüentemente mutilada aparência dos trabalhadores cansados, que podem ser vistos em ruas geralmente sujas e desagradáveis; o enxame de mulheres e crianças pobremente vestidas e as moradias dos pobres, imundas e cheias de fumaça, com um aspecto miserável" (*idem*, 40).

As avaliações dessas concentrações populacionais não se detiveram unicamente no aspecto externo da vida dos operários das fábricas. O espetáculo de centenas e de milhares de seres humanos diante das máquinas incitou a considerações diferenciadas; para uns tratava-se da aplicação do princípio da divisão do trabalho de A. Smith, para outros constituía um sistema que levava à imoralidade, ao desemprego do adulto e à escravização das crianças. A visão do trabalhador subjugado ao maquinismo expõe até às últimas conseqüências a evidente degradação do homem nivelado às coisas. Nivelação essa extremamente desvantajosa para o ser humano: "enquanto a

máquina estiver em funcionamento, as pessoas devem trabalhar — homens, mulheres e crianças amarradas ao ferro e ao vapor. A máquina animal está presa por cadeias à máquina de ferro, a qual não conhece o sofrimento nem a fadiga" (idem, 41).

As condições de trabalho na fábrica, exaustivamente descritas por Marx quando analisa a grande indústria inglesa, são extraídas de relatórios de autoridades públicas que, a partir de 1845, inspecionam periodicamente as fábricas. São também das décadas de 1830 e 1840 as numerosas investigações sobre as condições de vida e de trabalho do *homem pobre* empreendidas por pessoas da mais variada condição. Elas expressam de maneira muito explícita a ressonância da afirmação do historiador inglês Carlyle, em 1839: "a condição e a disposição das classes trabalhadoras é atualmente um assunto bastante agourento; alguma coisa deve ser dita, algo deve ser feito".

O movimento cartista e as reações à Nova Lei dos Pobres (1834) dramatizam de tal modo os temores dos ingleses bem nascidos que comissões especiais, comissões reais, sociedades estatísticas, grupos de autoridades locais e amadores interessados se puseram em campo na intenção de definir um conjunto de fenômenos que vieram a constituir a chamada *questão inglesa*.

As descrições dos bairros operários e das casas miseráveis em que vivem são feitas com base no pressuposto vitoriano "As the homes, so the people", e subsidiam as propostas dos reformistas que consi-

deravam uma necessidade inadiável fazer drásticas modificações nas casas do pobre e em seus bairros. Londres, como sempre, merece considerações especiais pelo grau de deterioração dos prédios e das áreas da cidade onde os *homens pobres* se amontoavam. A relação entre as más condições de habitação e as doenças foi uma descoberta dos médicos e investigadores sociais dessas décadas. O relatório Chadwick não dá lugar para dúvidas ao mostrar que os focos de epidemias, que periodicamente assolavam as cidades inglesas, mantinham-se em estado larval nas áreas sujas onde viviam os homens pobres. A alimentação, dieta operária e seus hábitos de bebida, está também entre as preocupações dos reformadores sociais, que a associaram à debilitação física e mental do homem pobre. Ainda, a situação da *família do pobre* merece comentários adversos. Desmembrada pelo sistema de fábrica, que degrada a mulher arrancando-a de sua casa, que subtrai a figura da autoridade paterna, que incita a irregularidades e a excessos sexuais, a família operária foi contrastada com a imagem idílica do antigo sistema de produção doméstica e suas relações harmoniosas e estáveis.

Embora a *questão inglesa* fosse decididamente considerada um assunto estranho à área da ação governamental, sempre que a família do *homem pobre* se via atingida pelo desemprego ou pela doença tornava-se problema regulado pelas Leis do Pobres. Mesmo nesses casos extremos, a intervenção do Estado limitava-se à prescrição das formas de atender à

subsistência desse homem, da qual se ocupavam instituições supervisionadas pelos contribuintes ingleses.

A diferenciação entre o homem pobre que trabalha e está portanto dentro da sociedade e o homem pobre sem trabalho é sempre nítida. Mesmo em caso de desemprego temporário, esse homem vê-se reduzido à condição de sem emprego, partilhando, embora temporariamente, a numerosa classe dos vagabundos. E, desses, as Leis dos Pobres cuidavam, como já foi visto, desde os tempos elisabetanos.

No início do século XIX, a quantia necessária para a manutenção dos pobres girava em torno de 4 milhões de libras; em 1831 ela chega perto de 7 milhões e provoca protestos tão veementes dos contribuintes que logram sensibilizar os franceses, também às voltas com a miséria em expansão. Bem no início da década de 30, o *Speenhamland System*, o acordo entre proprietários que desde 1795 assegurava a complementação do salário para cada família cobrir suas necessidades de sobrevivência, é abolido, a despeito das resistências dos trabalhadores e do partido conservador Tory. No outono de 1830, os movimentos de trabalhadores rurais, os Swing's Riots, severamente reprimidos, contribuem para confirmar a necessidade de alterar a legislação sobre a pobreza.

A Nova Lei dos Pobres de 1834 mantém o princípio de auxílio aos sem trabalho, mas modifica drasticamente as condições em que é oferecido. Todos os requerentes do auxílio público deveriam entrar nas Casas de Trabalho (Workhouses), cujo sistema de

organização também é modificado. São suprimidas as Casas de Trabalho locais, e as localidades (paróquias) agrupadas em associações ("unions") passavam a ter uma única e grande Casa de Trabalho supervisionada por um conselho de comissários, eleito pelos contribuintes da região abrangida pela *Poor Law Union*.

Solidária às doutrinas da economia política ortodoxa, a Nova Lei dos Pobres é contrária a qualquer interferência nas *leis naturais*; considerava o auxílio financeiro ao pobre tão pernicioso quanto os sindicatos e os regulamentos fabris. Edwin Chadwick, relator do estudo que deu origem à Nova Lei dos Pobres, chega quase a realizar as propostas de seu mestre Jeremias Bentham, que formulou os projetos de usar indigentes, em substituição ao vapor, para movimentar uma fábrica de seu irmão e de trazer os pobres assistidos pela Lei dos Pobres para povoarem as suas Casas da Indústria. Esse último configurava um projeto bastante ambicioso de âmbito nacional. As Casas da Indústria seriam prédios de cinco andares com doze setores capazes de abrigar 500000 internos. Em número de 250, teriam sua administração organizada nos moldes da do Banco da Inglaterra e entregue a uma comissão central eleita por todos os membros dessa National Charity Company, possuidores de ações no valor de 5 ou 10 libras. Esse plano objetivava explicitamente tornar a pobreza rentável, eliminando assim o ônus financeiro da caridade. É bom lembrar que Bentham e Chadwick não foram os únicos a perseguir esse objetivo; os planos de Owen, em 1819, reeditavam, com as Villages of Unions, os planos dos Colleges of Industry de Bellers.

A despeito dos críticos que, como Carlyle, divisam uma intenção exterminadora do *homem pobre* na Nova Lei e da forte resistência dos trabalhadores desempregados em entrar nas *Casas de Trabalho*, em especial aqueles das cidades industriais do norte do país, em 1840 a Lei está em vigor em toda a Inglaterra. Essas Casas, chamadas pelo homem pobre de Bastilha, configuravam uma verdadeira prisão. Seus altos muros e a disciplina carcerária, que previa a separação dos membros da família, trabalho pesado para os homens, refeições magras e em silêncio, a proibição de fumar, as visitas raras sob observação e pouquíssimo conforto, contribuíram para formar essa imagem. Se alguma dúvida perdurava quanto a uma nítida separação entre pobres no trabalho e pobres fora do trabalho, a Nova Lei dos Pobres cuidou de eliminar. Com a Nova Lei, o princípio da auto-ajuda ("self-help") passa a predominar sobre qualquer outra concepção de vida.

Os estudiosos da *questão inglesa* pesquisaram em detalhes as condições de trabalho e de moradia do homem pobre, fizeram um levantamento minucioso das doenças e deformações provocadas pelas longas jornadas na fábrica, pela higiene precária de suas moradias, pela dieta insuficiente e pela promiscuidade em que viviam. Também sua desatenção para com os assuntos religiosos preocuparam os que acreditavam estar assistindo a um processo acelerado de degradação de parte da população inglesa. Porém,

parece ter estado longe de seus horizontes qualquer preocupação com a forma pela qual o homem pobre trabalhador era mantido fora da comunidade política.

Contudo, por mais que as condições materiais da vida do homem pobre tenham polarizado as atenções, o movimento cartista levantou o problema da participação política do trabalhador e obrigou os pensadores liberais a constatarem o grau de instrução e a difusão de jornais entre os operários, sua capacidade de organizar-se em sindicatos profissionais e em sociedades de benefícios mútuos. Ainda na década de 1840, John Stuart Mill exprime em dois trabalhos (*Political economy*, 1848 e *The claims of labour*, 1845) sua desconfiança em relação à propalada incapacidade política do trabalhador (Macpherson, *A democracia liberal. Origens e evolução*).

Vendo no cartismo "a revolta de quase todos os talentos dinâmicos e de uma grande parte da força física das classes trabalhadoras contra a sociedade toda", ou seja, "a primeira diferença declarada de interesses, sentimento e opinião entre o segmento trabalhador da nação e todos acima dele", achou compreensível terem "os espíritos conscienciosos e solidários entre as classes governantes se impressionado profundamente". Para ele, a intenção do trabalhador de participar da política tinha se explicitado desde 1832, ocasião em que uma multidão manifestou em público seu apoio e com isso assegurou a vitória no Parlamento de uma proposta de ampliação das franquias políticas.

Em 1848, afirma sua certeza quanto à necessidade de se admitir o trabalhador na política, reconhecendo que "os pobres escaparam dos cordéis e não mais podem ser governados ou tratados como crianças". Para ele isso aconteceu "quando se lhes ensinou a ler e se lhes permitiu acesso aos jornais e assuntos políticos; quando se reuniram para trabalhar socialmente sob um mesmo teto, quando as ferrovias permitiram-lhe deslocar-se de lugar a lugar e mudar de patrão e de empregador tão facilmente quanto mudam de roupa; quando foram estimulados a procurar a participação no governo por meio de franquias eleitorais".

Contudo, as modificações observadas não constituem argumento suficiente para desfazer por completo a antiga imagem do homem pobre. Se a afirmação "qualquer conselho, exortação ou orientação que sejam apresentados às classes trabalhadoras, devem daqui por diante ser oferecidos a eles como iguais e aceito por eles com os olhos abertos", vai no sentido da admissão de sua igualdade, a que vem em seguida desconcerta: "A perspectiva do futuro depende do grau em que eles (os pobres) possam ser transformados em seres racionais".

Seu convencimento da necessária participação política dos trabalhadores parece, portanto, ser o reconhecimento da conveniência de se canalizar institucionalmente os interesses das classes trabalhadoras, no intuito de evitar um erro previsível na falsa confiança daqueles que ainda consideravam possível deter o movimento operário por meio da educação

moral e religiosa, sem levar em conta que o tempo de dar-lhes essa educação havia já passado. Porém uma grande diferença se impunha em relação aos pensadores do início do século, que como Bentham, viam os trabalhadores inevitavelmente condenados à quase indigência. Em J. S. Mill havia uma aposta na possibilidade futura de os *trabalhadores* tornarem-se plenamente *racionais* de forma a compreenderem e aceitarem as leis da economia política (Macpherson, *A democracia liberal*, c. III).

Essa mudança de opinião entre os ingleses letrados quanto à condição política do trabalhador, acentua ainda mais a distância que separa esse membro da sociedade dos fora-da-lei, os pobres sem trabalho.

A nova entrada da pobreza indigente entre as grandes preocupações dos ingleses bem-nascidos será não mais como fenômeno temporário do desemprego ou como resistência ao trabalho dos pobres não moralizados, mas como *criatura* da própria sociedade industrial, como *resíduo* que, produzido por ela, nela não tem lugar. Será também um fenômeno específico da cidade de Londres.

Nos anos de 1860 e 1870, momento em que a utopia liberal parece ser quase uma realidade efetiva, o medo do assalto da multidão à sociedade volta transformado. A sociedade vitoriana, cidadela da virtude e da racionalidade econômica, sente-se ameaçada por algo que ela mesma produz. Diante desse perigo que não mais tangencia a sociedade, mas se constitui em parte-produto dela, o pensamento liberal vai se tornar recessivo. Defender a *sociedade civilizada* passa a ser o objetivo maior. Quando, nos anos 70 e 80, a pobreza torna-se tema de estudo específico, a imagem do *homem pobre trabalhador* se conturba, desfazendo em parte a imagem de um universo prenhe de *aperfeiçoamento moral e material*, fruto da força civilizadora do sistema de fábrica.

Londres, mais uma vez, é o lugar onde o problema se coloca em sua dimensão maior; é aí que o sistema de fábrica despeja sua escória humana. A agitação dos anos de crise da década de 1860 deixa entrever o problema da *miséria crônica* na vida da grande cidade, sendo suficiente para pôr em questão o pressuposto básico do pensamento liberal — o *individualismo*. A má consciência do homem rico dá lugar ao medo ao homem pobre, degradado pelas condições de vida na cidade. Cai por terra também a explicação da pobreza indigente como produto da escolha pessoal apoiada pela caridade inconseqüente dos ricos. A diferença entre *pobres trabalhadores* e os *sem mérito* foi nesse período reinterpretada. Tamanho foi o impacto do *resíduo* que evitar o seu contato com as classes trabalhadoras tornou-se estratégia proposta tanto pela conservadora Sociedade para a Organização da Caridade (COS) como pela Federação Social Democrática (SDF) de Londres, de inspiração socialista.

Nos anos de 1886 e 1887, a *mob* londrina, em meio à profunda crise da indústria local, preenche todos os requisitos para dar ao medo projetivo a dimensão de realidade estarrecedora. A multidão amotinada pelas ruas de Londres constitui um dos

elementos de um quadro de apreensões mais amplo, onde a ansiedade ante o declínio da supremacia industrial da Grã-Bretanha e a incerteza apreensiva ante a participação política crescente da classe operária, têm lugar de destaque. Mais uma vez questiona-se o pensamento liberal em um dos seus pressupostos básicos — o *laissez-faire*.

Embora a repercussão política desse questionamento não tenha sido suficiente para derrotar no Parlamento os liberais ortodoxos, as propostas elaboradas por esse pensamento crítico acenam para a necessidade da intervenção do Estado, para uma política governamental, no controle do *resíduo*. Até certo ponto, a grande greve nas docas de Londres, em 1889, veio em apoio dos que acreditavam nos princípios do liberalismo. Durante toda a greve os trabalhadores das docas demonstraram o alto nível de moralização da classe operária.

Como disse um observador contemporâneo: "Quando se soube que os milhares de grevistas haviam desfilado através da City sem que nenhum bolso fosse roubado e nenhuma janela quebrada, e que na frente da procissão estava um homem cuja posição pública era uma garantia de que a *mob* tinha um líder responsável, o cidadão inglês sentiu que podia retornar para suas moradias suburbanas com a certeza de que seus negócios não seriam saqueados durante a noite e que poderiam permitir-se deixar levar por suas inclinações naturais, emprestando apoio moral aos pobres diabos que estavam lutando com coragem, bom humor e ordem contra o seu opressivo

destino". Em meio a sermões e a demonstrações de conduta irrepreensível, esses trabalhadores das docas, que segundo o jornal *The times* haviam sido considerados o rebotalho da sociedade por políticos, economistas e reformadores sociais, "em doze dias mostraram ao país que pretendiam ocupar seu lugar nas fileiras dos homens trabalhadores" (Jones, 314-5).

Nem por isso os adeptos de uma solução estatal para o *resíduo* deixam de formular e defender suas propostas. Uns avançam pouco na direção do Estado e só pedem ao governo leis severas de controle da superpopulação e medidas no sentido de se exportar o *resíduo* para as colônias; outros vão mais longe e propõem colônias de trabalho que reúnam tanto o resíduo como os desempregados em geral; mesmo antigos membros da liberal COS chegam a formular a hipótese de colônias de trabalho, organizadas pelo governo, para recolher a pobreza residual; os que pedem maior intervenção do Estado são os adeptos de uma *solução imperial*, que consideram necessária, para além de medidas assistenciais do Estado, a solução radical de colônias de trabalho capazes de transformar o resíduo em trabalhadores que seriam alocados através do vasto Império Britânico. Essas soluções, que previam a adoção de uma política de "higiene nacional" de forma a exterminar o resíduo, vão constituir o terreno sobre o qual se levantará o edifício do Estado Providência na Inglaterra do século XX (Wellfare State) (Jones, 16).

A triunfante sociedade inglesa, que sempre se sentira capaz de contornar a miséria que esteve à sua

volta, espanta-se ao descobrir que o homem pobre nasce de suas próprias entranhas. O espetáculo da pobreza produzida pela própria sociedade do trabalho é insuportável.

CLASSES POBRES, CLASSES PERIGOSAS

Les malheureux sont la puissance de la terre.

Saint-Just*

A questão da multidão amotinada se coloca de maneira bastante diversa na França do século XIX. Aqui, os parisienses, orgulhosos de sua civilização, temem as depredações e o constrangimento do espetáculo das multidões famintas, mas temem, sobretudo, as *jornadas revolucionárias*. Seu temor se fixa numa imagem de grandeza assustadora: aquela de homens fazendo valer suas exigências através do controle das instituições políticas; pondo, portanto, na ordem do dia, o assédio e a ocupação das praças e dos edifícios públicos. O espectro das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se autoconcebe consti-

* Os infelizes são a potência da terra.

tuída sobre o marco do acolhimento da pobreza no campo da política.

Não é a pobreza indigente, sem trabalho, o principal interesse do francês ao observar a multidão; sua atividade exploratória das cenas de rua está sempre atenta aos sinais de uma irrupção das forças subterrâneas da sociedade. A metáfora da faísca elétrica prenunciadora das grandes tempestades é usada por Victor Hugo para descrever a *ansiedade social* anterior às jornadas de 1832. É a asfixia ocasionada pelo ar muito carregado que introduz o leitor à certeza de que um movimento incontrolável está para acontecer; só depois de montado esse clima de tensão, o Autor afirma que "somente vinte meses haviam decorrido desde a revolução de julho (1830) e o ano de 1832 tinha começado com um aspecto de iminência e de ameaça... a doença política e a doença social declarando-se ao mesmo tempo nas duas capitais do reino; uma, a cidade do pensamento, outra, a cidade do trabalho; em Paris, a guerra civil, em Lião, a guerra servil; nas duas cidades o mesmo clarão de fornalha, uma púrpura de cratera na fronte do povo (*Les misérables*, II).

Esses prenúncios agourentos não acontecem de forma indeterminada: eles são visíveis em lugares específicos, no rosto de pessoas específicas. Victor Hugo prossegue seu relato afirmando que "lá pelo fim de abril, tudo tinha se agravado. A fermentação tornava-se borbulhante. Desde 1830 aconteciam, cá e lá, pequenas revoltas parciais, rapidamente reprimidas, mas sempre renascentes, sinal de uma grande

conflagração subjacente. Alguma coisa terrível se gerava. Entrevia-se os delineamentos pouco definidos e mal iluminados de uma revolução possível. A França olhava Paris; Paris olhava o *faubourg* Santo Antônio". Não por acaso as atenções se voltavam para o bairro operário; lá, mais do que em qualquer outro lugar, se tornava sensível o frêmito revolucionário. E, nesse momento, "o velho faubourg, tão populoso como um formigueiro, trabalhador, corajoso e colérico como uma colmeia, estremecia na expectativa e no desejo de uma comoção". Com traços rápidos, Hugo esboça os contornos do bairro: os telhados de suas mansardas escondiam terríveis misérias, mas também inteligências ardentes e excepcionais; além disso também recebia os contra-golpes das crises comerciais, das falências, das greves e dos desempregos inerentes aos grandes abalos políticos.

O reconhecimento da ameaça contida na multidão exigia, na França, a familiaridade com a experiência da Revolução de 1789. Considerada como momento de fundação da sociedade francesa, figurava com seus elementos constituintes o marco a partir do qual todos se norteavam. Entre esses elementos, a imprevisibilidade da movimentação do povo no período mais radical dos anos revolucionários definiu uma imagem de retorno ao *estado de natureza*, de volta a um estágio primitivo onde tudo se tornava possível porque tudo o que existira antes encontrava-se arrasado: a estrutura política do país e os vínculos que uniam seus habitantes numa hierarquia de privilégios.

Muito significativas desse medo à perda do controle da multidão são as imagens elaboradas pelo inglês Carlyle, na primeira metade do século XIX, do período da Revolução Francesa: "Este enorme movimento insurrecional, que nós comparamos a um transbordamento do Tofet e do Abismo, varreu a realeza, a aristocracia e a vida de um rei. A questão é, agora, o que fará a seguir; como se formará daqui em diante? Firmar-se-á num reinado de lei e liberdade, de acordo com os hábitos, as persuasões e os esforços que a classe respeitável, a classe educada e endinheirada, prescreve? Isto é: o fluxo da lava vulcânica, que brotou da maneira descrita, explodirá e correrá de acordo com a fórmula girondina e o sistema preestabelecido pela filosofia? No entretanto, não será melhor profetizar que como não resta nenhuma força externa, real ou outra, que possa dirigir este movimento, seguirá um curso próprio; provavelmente um curso muito original?" (*História da revolução francesa*).

Neste trecho do livro de Carlyle, a palavra revolução já se encontra completamente deslocada do seu sentido primitivo de termo astronômico que designava o movimento regular, submetido a leis, e rotatório dos astros, que, embora estivesse fora do alcance de qualquer controle do homem, não possuía nenhuma conotação de novidade ou de violência. Ou melhor, designava mesmo um movimento recorrente e cíclico, confirmado em seu significado quando foi trazido para o campo político pelos participantes da Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, concebida

pelos contemporâneos como uma restauração do poder monárquico à sua glória e virtude originais (Hannah Arendt, *Sobre la revolución*, cap. 1).

Para apreender essa nova dimensão do termo, nada mais instrutivo do que as próprias palavras de Hannah comentando o diálogo entre Liancourt e Luís XVI, quando este, informado da tomada da Bastilha, lhe indaga: "Mas trata-se de uma revolta?", e obtém como resposta: "Não, sire, é uma revolução". "Por trás de suas palavras, podemos ver e ouvir a multidão em marcha irrompendo nas ruas de Paris, que então era não só a capital da França, mas de todo o mundo civilizado: a insurreição do populacho da grande cidade inextricavelmente unido ao levantamento do povo em nome da liberdade, irresistível, ambos pela força de seu número. Esta multidão dos pobres e oprimidos, a qual os séculos anteriores haviam mantido na obscuridade e na ignomínia. O que desde então se mostrou irreversível, reconhecido imediatamente pelos agentes e espectadores da revolução, foi que a esfera do público, reservada desde tempos imemoriais aos que *eram* livres, quer dizer, livres das mazelas que a necessidade impõe, devia dar espaço e luz para essa imensa maioria que não é livre porque está sujeita às necessidades cotidianas."

É nítida, já nas palavras de Robespierre: "República? Monarquia? Eu só conheço a questão social". A mudança radical nos rumos de um movimento que se propunha alcançar a liberdade, nos termos propostos pelos pensadores da burguesia, no

limite, uma república respeitável para ela, dado estarem demolidas todas as aristocracias. No século XIX, a idéia de revolução francesa como necessidade histórica encontra-se definida. À concepção de alguma coisa imprevisível que procede de além e de abaixo da região da ordem, de algo caótico destrutivo e autodestrutivo, Carlyle associa imediatamente o entendimento particular que vinte e cinco milhões de franceses oprimidos pela fome e pela falta de roupa têm das palavras Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Numa descrição minuciosa do dia-a-dia revolucionário do ano de 1793, ele mostra a pobreza invadindo o campo da política, a Convenção solicitada para resolver o problema da falta de pão, de sabão, de açúcar, as necessidades vitais enfim alçadas à condição de assunto da política. As praças e as ruas ocupadas pela multidão que acredita que o reino da felicidade estava prestes a se converter em realidade.

À essa guinada do movimento, provocada pela multidão dos pobres sob o império de suas necessidades vitais, Hannah diz corresponder a alteração nos objetivos mesmo da revolução: sacrificava-se a liberação dos homens de seus semelhantes, abandonava-se a fundação da liberdade, pela liberação do processo vital da sociedade das cadeias da escassez. O objetivo da revolução era agora a abundância, não a liberdade.

Esse deslocamento encontra sua explicação num acontecimento radicalmente novo — o povo com seu cortejo de pobreza nas ruas. Como se articula porém

esse acontecimento e a admissão da pobreza no campo político? Como os homens que fizeram a Revolução Francesa transformaram o espetáculo da multidão de miseráveis num pressuposto da ação política e da legitimidade de qualquer governo? O que tinha permitido no calor da Revolução essa solidariedade inquebrantável entre alguns dos seus agentes e o homem pobre? Que espírito da tradição política francesa impregnava e movia esses revolucionários a tal ponto que o seu dever político plenamente racional se expressa na solidariedade em relação ao próximo? A compaixão, experiência exclusivamente pessoal, totalmente privada, é lançada como móvel da política.

É bem verdade que a indiferença em relação à pobreza havia desaparecido no século XVIII, e com Rousseau, a repugnância inata ante o sofrimento alheio fora arrancada dos recônditos da intimidade pessoal. Esse sentimento novo, a compaixão, é a chave para se compreender a mudança na própria concepção de povo no decorrer da Revolução Francesa: não mais só os cidadãos, mas eles somados aos pobres. A teoria política de Rousseau já havia transformado a *compaixão* num *dever político* plenamente racional, e os revolucionários foram capazes de transformar esse dever numa solidariedade fundada na comunhão de interesses com os oprimidos e explorados. Nesse sentido, a política passa a *ser* um compromisso com o povo, sujeito único de sua legitimidade. Retira-se da política a idéia de confronto de opiniões, donde provém o *consentimento*, e em seu

lugar passa a prevalecer a idéia de *vontade geral*.

É o esforço de solidariedade que se constitui nas palavras de Robespierre, a virtude capaz de identificar a vontade de um com a vontade de um povo. E todos os esforços, a partir de então, deveriam ser dirigidos essencialmente em direção à felicidade da maioria. Em plena revolução francesa, a felicidade, em vez da liberdade, se tornou a nova idéia na Europa. Assim, aqueles elementos que Rousseau introduz na teoria política, Robespierre leva para as praças públicas.

Esse artifício atira a multidão para o centro da cena política e, ainda nas palavras de Robespierre, a política é inteiramente ocupada pela questão social: "é necessário uma vontade única, seja ela republicana ou monárquica".

Para a França revolucionária não se trata mais de confrontar formas políticas de governo capazes de assegurar a *liberdade*, mas tornar realizável a política da felicidade e da abundância geral. Esse ideal transformou-se numa das imagens mais fortes da Revolução, convertendo a multidão dos miseráveis em paradigma para todos os franceses. Há uma imagem que fica definitivamente marcada e orienta todo o pensamento francês no século XIX: a multidão revolucionária, o populacho trazido para as ruas de Paris, transformando a cidade num palco onde se encena o espetáculo de uma revolução permanente.

Essa imagem de uma força da natureza que transcende o homem, de uma necessidade histórica que exige esforços desmesurados e que em sua vora-

Barricada em ilustração de 1848. (In: *E. J. Hobsbawn*, The Age of Capital, 1848-1875.)

cidade traga os seus próprios agentes, faz da multidão revolucionária uma presença saturada de positividade. Estar dentro da história significa perceber no movimento das massas humanas os sinais da nova ordem do século.

Em Victor Hugo, "as massas sociais, as bases mesmo da civilização", têm uma solidez que lhes garante a permanência através das convulsões dos sistemas, das paixões e das teorias, e são seus sucessivos momentos de irrupção nessas tempestades que iluminam a verdade. Nesse sentido, "os abalos revolucionários permitem que a *soberania popular* flua, ainda que aos trancos e barrancos, que ela se forme entre os extremos do entusiasmo e do fanatismo em busca de seus objetivos: o fim das opressões, o fim das tiranias, o fim da força, o trabalho para o homem, a instrução para a criança, a doçura social para a mulher, a liberdade, a igualdade, a fraternidade, o pão para todos, o paraíso na terra. Progresso, esta coisa santa, boa e doce".

Ainda segundo esse Autor, os imperativos dessa necessidade histórica são apresentados por Deus num texto obscuro e numa língua misteriosa: enquanto uns se dedicam de corpo e alma a fazer o deciframento dos textos, a multidão exercita suas várias traduções em plena praça pública. Enquanto outros cuidavam dos velhos partidos políticos, fora desses partidos os homens se ocupavam com a *questão da felicidade*.

O pensamento socialista na França incorpora a noção de necessidade histórica e se dedica à tarefa de

imprimir-lhe formas de realização visíveis em vários projetos utópicos. Marx, como nenhum outro, desde Robespierre, visualiza nas revoluções do século XIX a realização da felicidade geral, a fundação da sociedade plenamente humanizada. Com ele, a imagem de 1789 não se encerra no próprio acontecimento, mas se projeta nas ruas de Paris no decorrer de todo o século, como uma revolução permanente em busca dos seus próprios desígnios. Em suas palavras: "As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos" (*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*).

Nelas radica uma exigência incontornável: a necessidade de a classe revolucionária se desfazer de seus falsos profetas, de homens que, como Victor Hugo, enxergam o presente com os olhos voltados para o passado. Para Marx deve-se desfazer o equívoco: nas entranhas da multidão dos desesperados, duas ondas revolucionárias se agitam. Uma delas, de efeitos dramáticos e fulgurantes, tem contudo vida curta, dado que ao atingir seu alvo de sucesso em sucesso entra numa longa modorra; a outra, "as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam para o que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem der-

rubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos, até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: Aqui está Rodes, salta aqui!" (idem).

A mesma imagem da multidão revolucionária como força da natureza está subjacente nas intenções daqueles que procuram exorcizar o perigo de convulsão que ronda a sociedade. Para esses, trata-se de precisar a dimensão da ameaça. Trata-se de vasculhar minuciosamente o terreno onde germina o inimigo, a cidade de Paris. À ação repressiva explícita nos momentos de agitação sobrepõe-se toda uma política insidiosa de um olhar constante que detalha, esquadrinha, classifica a vida cotidiana dessa colmeia popular. Do recôndito do lar do homem pobre ao seu lugar de trabalho, todo o percurso pelos espaços públicos torna-se objeto permanente de investigações. Desde chefes de polícia até prefeitos de Paris, um imenso exército de funcionários sai às ruas diariamente perscrutando os sinais menos visíveis dessas *classes perigosas*. A tarefa de demolir uma revolução, na Paris do século XIX, foi entregue a equipes de técnicos que formularam soluções pontuais permitindo devassar toda a vida das *classes pobres*. As portas de suas casas foram abertas, seus interiores vasculhados, sua conduta avaliada, seus valores morais aquilatados. O arsenal de informações colhidas e sistematizadas fornece as bases sobre as quais a família do pobre se transforma numa *realidade social* passível de ser estudada cientificamente.

Essa Paris do século XIX, reformada em seus hábitos, em seus costumes e em seus espaços, na qual a multidão dos pobres perde suas próprias raízes, foi capaz de abrigar ainda por um momento a efervescência revolucionária. O desfecho da política de disciplinarização da vida do pobre, objeto de atenção da administração do Segundo Império (1852-70), dá-se com a insurreição popular que instalou a Comuna de Paris. Em seu programa os *Communards* definem uma linha de atuação política que supera em muito a genérica busca da abundância e da felicidade. A *questão social* encontrou momentaneamente sua *forma* política — a república formada pela livre associação das Comunas federadas.

A multidão dos pobres por um momento dispensa todos os olhares recolhidos nas páginas deste livro, alcança a praça pública e proclama o direito dos citadinos à sua cidade:

"...A Comuna tem o dever de afirmar e determinar as aspirações e os votos da população de Paris:

A autonomia absoluta da Comuna estendida a todas as localidades da França, assegurando a cada uma a integralidade de seus direitos, e a todo francês o pleno exercício de suas faculdades e de suas aptidões como homem, cidadão e trabalhador.

Os direitos inerentes à Comuna são: o voto do orçamento comunal, receitas e despesas; a fixação e a distribuição do imposto; a direção dos serviços locais; a organização da sua magistratura, da polícia

e do ensino; a administração dos bens da Comuna.

A escolha por eleição ou concurso, com a responsabilidade e o direito permanente de controle e de revogação dos magistrados ou funcionários comunais de todos os tipos. A garantia absoluta da liberdade individual, da liberdade de consciência e da liberdade de trabalho. A intervenção permanente dos cidadãos nos assuntos comunais pela livre manifestação de suas idéias. A organização da defesa urbana e da Guarda Nacional que elege seus chefes e vigia a manutenção da ordem na cidade.

. . . . . .

A unidade, tal como nos foi imposta até hoje pelo império, pela monarquia e pelo parlamentarismo, é uma centralização despótica, arbitrária e onerosa.

A unidade política, tal como a quer Paris, consiste na associação voluntária de todas as iniciativas locais.

. . . . . .

É o fim do velho mundo governamental e clerical, do militarismo, do funcionalismo, da exploração, da agiotagem, dos monopólios e dos privilégios aos quais o proletariado deve sua servidão, a Pátria suas infelicidades e seus desastres."

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Hannah ARENDT. *La Condición Humana*: trata-se de uma das reflexões mais estimulantes sobre as origens da sociedade do trabalho e sobre a formação do pensamento liberal inglês, que transforma radicalmente a própria noção de trabalho.

Hannah ARENDT. *Sobre la Revolución*: nesse trabalho a Autora faz uma profunda viagem intelectual em torno das Revoluções Americana e Francesa para desvendar o momento em que as multidões de pobres são incorporadas ao pensamento político.

Walter BENJAMIN. *Iluminaciones II. Baudelaire*: analisando temas da poesia de Baudelaire, o Autor cria um túnel da memória que nos coloca diante dos enigmas de uma grande metrópole européia do século XIX. Os mistérios de Paris

vão aparecendo nos inúmeros personagens que compõem a multidão descoberta por Benjamin na literatura francesa da época.

George RUDE. *La Multitud en la Historia*: leitura obrigatória para o estudo dos movimentos de revolta urbanos e rurais na Inglaterra e na França do século XVIII e primeira metade do século XIX. Trata-se de uma incursão através das revoltas de fome pré-industriais nesses dois países. A composição social desses movimentos, suas reivindicações e formas de atuação são detalhadamente analisadas. Em língua portuguesa acaba de ser editado seu livro *Ideologia e Protesto Popular* (Zahar, 1982) que, em linhas gerais, acompanha seu trabalho anterior.

E. P. THOMPSON. "La Economia 'Moral' de la Multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII" *in Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*: este seu estudo sobre as multidões revoltadas inglesas do século XVIII propõe uma linha de interpretação bastante interessante, na medida em que relaciona esses movimentos com a difícil formação de um mercado de consumo liberado das travas do paternalismo rural.

Edgar S. de DECCA. *O Nascimento das Fábricas* (Brasiliense, Col. Tudo é História, 1982): nesse seu estudo, o Autor propõe uma reinterpretação do que se denomina comumente sistema de fábrica, desfazendo uma imagem clássica que o reduziu a um acontecimento tecnológico.

F. ENGELS. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*: estudo clássico sobre a classe operária inglesa no século XIX. O inventário de problemas das cidades industriais inglesas elaborado pelo Autor nos introduz a uma preocupação comum aos seus contemporâneos, chocados com as condições de vida e de trabalho das populações urbanas.

K. MARX. *O Capital*: em quatro capítulos do primeiro volume ("A Jornada de Trabalho", "Divisão do Trabalho e Manufatura", "Maquinaria e Grande Indústria" e "Acumulação Primitiva") Marx trata detalhadamente das origens da concentração industrial e das condições de vida e de trabalho do operariado inglês. O problema do pauperismo engendrado pela própria industrialização foi objeto de tratamento específico quando o Autor aborda a formação do exército industrial de reserva.

Gareth STEDMAN JONES. *Outcast London*: livro que há muito tempo deveria ter merecido uma tradução para o português. Trata-se do trabalho mais completo sobre o surgimento do pobre na cidade de Londres a partir da particular estrutura do mercado de trabalho dessa metrópole. O Autor, ao mesmo tempo que apresenta os quadros assustadores da pobreza de Londres, traz ao nosso conhecimento as visões dos contemporâneos ante o espetáculo cotidiano da fome, da doença e de todos os medos perante as ameaças crescentes de rebeliões populares.

L. CHEVALIER. *Classes Laborieuses et Classes*

Dangereuses à Paris: seu livro é o único estudo razoavelmente acessível sobre a condição da pobreza na França do século XIX. O Autor nos conduz através dos relatos de literatos, administradores, médicos e pensadores franceses contemporâneos que se preocuparam com o problema do homem pobre. Com eles, elabora a figura da pobreza, onde o trabalhador, o desempregado e o vadio se confundem numa mesma imagem ameaçadora para a sociedade. Também para esse livro reivindicamos uma tradução urgente. Em língua portuguesa, há uma única tradução confiável e completa da obra de Victor Hugo (Círculo do Livro) *Os Miseráveis*, que de uma forma literária nos conduz através de todos os espaços da cidade de Paris por onde o homem pobre transita.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

BENJAMIN, Walter. *Iluminaciones II. Baudelaire. Un poeta en el esplendor del capitalismo*, Madri, Taurus Ediciones, 1972.

ARENDT, Hannah. *Sobre la Revolución*, Madri, Ed. Revista de Occidente, 1967.

BAUDELAIRE, Charles. *Les Fleurs du Mal*, Paris, Librairie Générale Française, 1972.

DICKENS, Charles. *As Aventuras do sr. Pickwick*, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial, Barcelona, Ed. Critica, 1979.

POE, Edgar Allan. "O Homem das Multidões", *in Poesia e Prosa*, vol. 2, Ed. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1944.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora*, Porto, Editorial Presença—livr. Martins Fontes, 1975.

BRIGGS, Asa. *Victorian Cities*. Grã-Bretanha, Penguin Books, 1977.

STEDMAN-JONES, Gareth. *Outcast London. A Study in The Relationship Between Classes in Victorian Society*, Grã-Bretanha, Penguin Books, 1971.

CHESNEY, Kellow. *The Victorian Underworld*, Grã-Bretanha, Penguin Books, 1970.

DICKENS, Charles. *Hard Times*, Grã-Bretanha, Penguin Books, 1979.

CHEVALIER, Louis. *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle*, Paris, Librairie Générale Française, 1978.

MICHELET, Jules. *Le Peuple*, Paris, Flammarion, 1974.

HUGO, Victor. *Les Misérables*, Paris, Librairie Générale Française, 1972.

PERROT, Michelle. "Les ouvriers et les machines en France dans la première moitié du XIXe siècle" *in Le Soldat du Travail. Guerre, fascisme et taylorismo* (org. Lion Murard e Patrick Zylberman) RECHERCHES 32/33, Paris, 1978.

ARIÈS, Phillipe. *Histoire des populations françaises*, Poitiers, Ed. Seuil, 1976.

ARENDT, Hannah. *La Condición Humana*, Barcelona, Edit. Seix Barral, 1974.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.

MACPHERSON, C. B. *La Teoria Politica del Individualismo Posesivo, Hobbes a Locke*, Barcelona, Ed. Fontanella, 1970.

HARRISON, J. F. C. *Early Victorian Britain, 1832-1851*, Grã-Bretanha, Fontana/Collins, 1979.

THOMPSON, Edward. *La Formación Histórica de la Clase Obrera, Inglaterra: 1780-1832*, Barcelona, Editorial Laia, 1977.

MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal. Origens e Evolução*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

CARLYLE, Thomas, *História da Revolução Francesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1962.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Os Pensadores, Abril Cultural.